

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

- Perspectiva de retomada traz de volta os temas da vida no trabalho** - p. 06
Claudio Gurgel
- 1. Assédio moral no trabalho: uma análise das causas e consequências do fenômeno de acordo com artigos indexados na base CAPES e no site ABET entre 2009 e 2019** - p. 08
Luis Fellipe Lira Da Cunha, Fernando de Oliveira Vieira e Lorena Esteves de Oliveira
- 2. A crise dos refugiados estudada em um evento: alunos de administração refletindo sobre aspectos da Agenda 2030 da ONU** - p. 20
Maria Clara Bôdas Vidilli, Laryssa Euzébio e Luciana Morilas
- 3. Parque tecnológico: compilação de 20 anos de estudos para fornecer orientações para uma agenda de pesquisa** - p. 34
Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas, Bárbara Gabrielle Silva e Uajará Pessoa Araújo
- 4. A sustentabilidade empresarial no mercado brasileiro: estudo de caso da empresa O Boticário** - p. 45
Fernanda Costa Demier Rodrigues

www.revistaeas.uff.br

Revista EAS. Niterói – RJ, v.6, n°1, janeiro-junho, 2021



DIREITOS

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

DISPONIBILIDADE

A Revista Estudos de Administração e Sociedade está disponível em:

<http://revistaeads.uff.br>

CATÁLOGO

Revista Estudos de Administração e Sociedade – v. 5, n. 2, (2020) – Niterói
Universidade Federal Fluminense, 2017

Frequência: Semestral

ISSN: 2525-9261

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Publicação do Programa de Pós Graduação em Administração – PPGAd
Universidade Federal Fluminense

(<http://www.adm.uff.br>)

INFORMAÇÕES DA EDIÇÃO ATUAL

Sigla e Nome do Periódico	Cidade de Edição	Volume (Edição Atual)	Número (Edição Atual)	Ano (Edição Atual)
EAS – Revista Estudos de Administração e Sociedade	Niterói/ Rio de Janeiro	v.6	n.1	Jan. Jun. / 2021

EDITOR-CHEFE

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA

EDITOR DA SEÇÃO: ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

**EDITOR DA SEÇÃO: ESTADO, ORGANIZAÇÕES E
SOCIEDADE**

CLÁUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO – PPGAd UFF**

EDUARDO CAMILO DA SILVA

COORDENADORA EDITORIAL

LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO

ASSISTENTE EDITORIAL

DANIELA GOMES ALCANTARA

COMITÊ EDITORIAL

- Prof. Frederico Lustosa da Costa, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis., Brazil
- Prof. Antonio de Araujo Freitas Junior, Fundação Getulio Vargas - FGV, Brazil
- Prof. Bianor Scelza Cavalcanti, Fundação Getulio Vargas - FGV
- Prof. Cláudia Souza Passador, FEARP/USP, Brazil
- Gurgel Claudio Marques Gurgel, UFF - Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Clezio Saldanha dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil
- Prof. Elvia Mirian Cavalcanti Fadul, UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS, Brazil
- Prof. Fernando de Souza Coelho, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Brazil
- Prof. Florence Pinot de Villechenon, ESCP Europe, France
- Prof. Freddy Mariñez Navarro, El COLEGIO DE JALISCO, Mexico
- Prof. Joel de Lima Pereira Castro Junior, Programa de Pós-graduação em Administração - PPGAd / Universidade Federal Fluminense - UFF
- Prof. José Antonio Gomes de Pinho, Escola de Administração/UFBA, Brazil
- Prof. José Walkimar de Mesquita Carneiro, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Maria Arlete Duarte de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brazil
- Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira, Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Paulo Emílio Matos Martins, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Paulo Roberto de Mendonça Motta, Fundação Getulio Vargas/EBAPE
- Prof. Sergio Azevedo Fonseca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Brazil
- Prof. Sonia Maria Fleury Teixeira, Fundação Getulio Vargas - EBAPE, Brazil

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

EDITORIAL - Perspectiva de retomada traz de volta os temas da vida no trabalho

- pp. 06 - 07

Claudio Gurgel

1. Assédio moral no trabalho: uma análise das causas e consequências do fenômeno de acordo com artigos indexados na base CAPES e no site ABET entre 2009 e 2019

- pp. 08 - 21

*Luis Felliipe Lira Da Cunha
Fernando de Oliveira Vieira
Lorena Esteves de Oliveira*

2. A crise dos refugiados estudada em um evento: alunos de administração refletindo sobre aspectos da Agenda 2030 da ONU

- pp. 20 - 33

*Maria Clara Bôdas Vidilli
Laryssa Euzébio
Luciana Morilas*

3. Parque tecnológico: compilação de 20 anos de estudos para fornecer orientações para uma agenda de pesquisa

- pp. 34 - 44

*Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas
Bárbara Gabrielle Silva
Uajará Pessoa Araújo*

4. A sustentabilidade empresarial no mercado brasileiro: estudo de caso da empresa O Boticário

- pp. 45 - 61

Fernanda Costa Demier Rodrigues

EDITORIAL

Perspectiva de retomada traz de volta os temas da vida no trabalho

Claudio Gurgel
Frederico Lustosa da Costa

O longo período de pandemia imprimiu fortes perdas e marcas. Os sobreviventes desses impactos, lembrados na edição anterior, guardam memórias de grande tristeza, com perdas de toda ordem: de vidas, de bens, de economias e, muitas vezes, de esperanças. Mas não se perdeu a disposição para viver e reconstruir.

Sabemos bem que muitos aumentaram seus ganhos e acumularam mais, apresentando resultados positivos até superiores aqueles obtidos em anos anteriores. Novos milionários se somaram e as desigualdades de renda e de riqueza aumentaram. Mas foi o lado mais frágil e negativo desse processo que sobressaiu e deixou seu legado de tristeza.

Porém, o melhor controle da pandemia, com a aceleração da vacinação e com a manutenção de práticas sanitárias mais cuidadosas, como o uso de máscaras e mais cautela nas aglomerações, levou a que o número de casos e mortes caísse significativamente e a perspectiva de retomada das atividades se colocasse no horizonte.

Homenageando a perspectiva desses novos tempos, que esperamos terem vindo para ficar, a EAS traz no presente número temas relacionados diretamente com a vida interna das organizações produtivas, abordando questões oportunas para um país abalado por agressões de variados tipos, mas que procura se desvencilhar de seus velhos e novos problemas,

Temos inicialmente o artigo “Assédio moral no trabalho: uma análise das causas e consequências do fenômeno de acordo com artigos indexados na base CAPES e no site ABET entre 2009 e 2019”. Assédio moral é um tema que ganhou notoriedade na passagem dos anos finais do século XX, quando a resposta neoliberal à crise do capital aumentou a pressão sobre os trabalhadores em busca da elevação da produtividade.

Como a crise se prolongou, com repique em 2008, as pressões continuaram até os nossos dias. O estudo cobre o fenômeno por 10 anos, buscando explicar como a cultura organizacional e alguns fatores em especial contribuem para que essa deformação grave da vida das organizações se expanda e se reproduza.

Também nesse grupo de questões históricas da vida das organizações está o artigo “A crise dos refugiados estudada em um evento: alunos de administração refletindo sobre aspectos da Agenda 2030 da ONU”. O fenômeno das migrações decorrentes da busca de refúgio em outros países, em particular nos países emergentes ou avançados, está na base do crescimento e desenvolvimento das sociedades modernas e contemporâneas, que souberam acolher esses homens, mulheres e crianças fugitivos de seus países de origem. Procurando salvação – ameaçados, perseguidos ou discriminados – eles fogem para outras geografias, levando consigo seus conhecimentos e capacidades. O artigo trabalha com os resultados do projeto Todos somos refugiados, que, no espírito da Agenda 2030, da ONU, busca despertar a consciência dos gestores para a importância

de políticas empresariais que integrem esses refugiados de modo proveitoso para ambos – trabalhador estrangeiro e empresa.

Continuando, o artigo “Parque tecnológico: compilação de 20 anos de estudos para fornecer orientações para uma agenda de pesquisa” traz a muito oportuna discussão sobre pesquisa e inovação, com o objetivo de organizar uma agenda para os pesquisadores, estudando os modelos usuais, observados em trabalhos publicados nos últimos 20 anos. A oportunidade é completa, dado que estamos vendo cortes expressivos nas verbas públicas para a ciência e a tecnologia. Nesses momentos, colocar em evidência o assunto é uma contribuição importante para dirigir os olhares para as perdas e o retardamento histórico que cortes como esses, vividos no Brasil, significam. Vale ressaltar que a proposta do artigo tem atenção para com três dimensões adequadas nesse contexto de maior sofrimento, negacionismo, desigualdade social e autoritarismo: racionalidade, justiça e poder.

O muito atual artigo “A sustentabilidade empresarial no mercado brasileiro: estudo de caso da empresa O Boticário” encerra o número, debatendo a temática da sustentabilidade empresarial, em sua parte inicial, e adicionalmente trazendo a discussão sobre a contribuição de O Boticário nesse tema. O campo do desenvolvimento sustentável, onde se inscreve a sustentabilidade empresarial, obteve nos últimos meses grande destaque, inicialmente por conta dos problemas de que o governo brasileiro vem sendo acusado, no plano nacional e internacional. Mais recentemente, os encontros internacionais que aconteceram nos meses de outubro e novembro, sob o patrocínio da ONU, dão a esse artigo um ponto a mais de atualidade. A experiência de uma grande empresa nacional é um modelo e um incentivo a que outras empresas, e principalmente o Estado, se voltem para enfrentar esse desafio que ameaça a sobrevivência do presente e do futuro do Brasil.

Com este número, completa-se um processo de transição para a mudança na direção do corpo editorial da revista EAS iniciado desde o ano passado como a admissão da Prof^a. Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado, como coordenadora editorial. O editor associado Cláudio Roberto Marques Gurgel assume, a partir deste número, o posto de editor-chefe, enquanto Frederico Lustosa da Costa passa a ser editor associado para a área de Estado, Organizações e Sociedade. Tais mudanças não implicam mudança na linha editorial da publicação. Mantemos nossos compromissos com a inserção regional no contexto latino-americano, a perspectiva crítica e a valorização do pensamento social brasileiro.

A EAS a/o convida a uma boa leitura.

Artigo – Seção Administração Brasileira

Assédio moral no trabalho: uma análise das causas e consequências do fenômeno de acordo com artigos indexados na base CAPES e no site ABET entre 2009 e 2019

Luis Fellipe Lira Da Cunha

Universidade Federal Fluminense - UFF

Fernando de Oliveira Vieira

Universidade Federal Fluminense - UFF

Lorena Esteves de Oliveira

Universidade Federal Fluminense - UFF

RESUMO

A presente pesquisa objetivou identificar, em trabalhos acadêmicos previamente publicados, tanto os fatores que suscitam a ocorrência do assédio moral no ambiente de trabalho, quanto às sequelas fomentadas por esta prática nos sujeitos e nas organizações. Foram definidas como bases de buscas o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o site da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) no período de 2009 a 2019. Através de uma abordagem qualitativa, utilizou-se da metodologia revisão bibliográfica para alcançar o estado do conhecimento. Ou seja, ao longo do período estipulado, mapearam-se as causas e consequências do assédio moral comentados pelos trabalhos científicos. Com isso, foi revelado que cultura organizacional, multiplicidade de tarefas e discriminação são algumas das causas que levam à ocorrência do assédio moral. Referente às consequências, verificou-se que estas atingem tanto a vítima do fenômeno quanto as organizações, causando não só desordens psicopatológicas, psicossomáticas e comportamentais, mas também favorecendo o absenteísmo, queda de produtividade e aposentadorias precoces. Concluiu-se que, dentre os textos analisados, a cultura organizacional se apresenta muitas das vezes como o estopim de uma relação de trabalho que aporta para o assédio moral.

Palavras-chave: Assédio moral; Causas; Consequências; Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

This research aimed to identify, in academic works previously published, both the factors perpetrated by workplace bullying, as well as the damage fostered by this practice in people's lives and in organizations. The chosen research gates were the Portal of Journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the website of Brazilian Association of Labor Studies (ABET) from 2009 to 2019. Through a qualitative approach, the elected methodology was the bibliographic review in hopes to achieve the state of knowledge. Meaning, throughout the stipulated period, causes and consequences of workplace bullying, commented on scientific works, were mapped out. It was revealed that organizational culture, multiplicity of tasks and discrimination are some of the causes that lead to the occurrence of moral harassment. Regarding the consequences, it was found that these affect both the victim of the phenomenon and companies, causing not only psychopathological, psychosomatic and behavioral disorders, but also favoring absenteeism, drop in productivity and early retirements. It was concluded that, among analyzed texts, a flawed organizational culture often presents itself as a trigger for workplace bullying.

Keywords: Moral harassment; Causes; Consequences; State of knowledge.

INTRODUÇÃO

O trabalho representa para o homem não unicamente uma forma de subsistência, mas também um meio de identificação e de evidencição de sua dignidade num contexto social. É tido por muitos como o núcleo central da vida e resulta de um processo complexo de um contexto de interações e construções sociais, que envolvem a autorrealização, a valorização e a sobrevivência (BARRETO, 2006).

Por conseguinte, é comum que trabalhadores passem boa parte de seu tempo diário e de vida, dedicando-se ao trabalho e também busquem a atividade que lhe traga certo grau de bem-estar, sensação de pertinência ao ambiente e a sensação de lidar com tarefas ditas importantes. Com os modelos contemporâneos de trabalho e de gestão, estes desejos são postos em xeque. Ao passo que o desemprego se faz cada vez mais presente na sociedade (RODRIGUES & FREITAS, 2014), as organizações buscam os resultados, fazendo com que o trabalhador, muitas vezes, se encontre num ambiente em que existe forte competitividade e tensão, o que pode fazer com que surjam ocorrências de assédio no ambiente de trabalho (MARTINS, 2012).

A prática do assédio moral destrói o outro, pois, além de abalar sua autoestima e trazer severas sequelas físicas e psicológicas, afeta também a sua dignidade (HIRIGOYEN, 2002).

Diante do exposto, objetivou-se levantar quais são os fatores que motivam a ocorrência do assédio moral no ambiente de trabalho e quais sequelas ele traz à tona e delimitou-se como objetivo específico da pesquisa tornar acessível o conhecimento destes fatores por meio da exposição de alguns estudos. Para realizar tal levantamento, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica sobre o assunto, a fim de elucidar seus conceitos, a partir da perspectiva de diversos autores, constituindo então o referencial teórico da pesquisa.

Em seguida, foi definida a revisão bibliográfica com foco no estado do conhecimento para a realização da pesquisa, uma vez que este tipo de metodologia proporciona a capacidade de síntese da produção científica já existente sobre determinado assunto de uma área específica (MOROSINI & FERNANDES, 2014, p.155).

Foi realizada uma análise de artigos indexados à base CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e ao site ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho que contivessem as palavras “assédio moral” e “violência moral” em seu título e abrangessem o âmbito do trabalho no período de 2009 a 2019.

A pesquisa se mostra relevante, pois reúne determinada gama de elementos que motivam a ocorrência do assédio moral ao passo que reúne os efeitos os quais este fenômeno acarreta, tornando maior a acessibilidade a estes elementos, disseminando então o conhecimento e possibilitando futuras pesquisas a respeito das formas de solução para a problemática do fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Assédio moral

Em 1989, o acadêmico alemão Heinz Leymann publica seu primeiro material a respeito do fenômeno. Trata-se de um livro sem tradução em que utiliza, pela primeira vez, a palavra “*Mobbing*” (SOARES, 2012). Em 1993, Leymann dá continuidade ao estudo deste assunto publicando o livro “*Mobbing: psychoterror am arbeitsplatz*” (*Mobbing: a perseguição no trabalho*) em que caracteriza como psicoterror as situações que o indivíduo passa ao ser alvo de frequentes agressões psicológicas ou perseguições no contexto laboral (SOARES, 2012).

Em 1998, a psiquiatra, psicoterapeuta e psicanalista Marie France Hirigoyen torna concreta a discussão do assunto ao publicar seu livro “*Le harcèlement moral: La violence perverse au quotidien*”, que recebe posteriormente tradução no Brasil como “Assédio Moral: A violência perversa do cotidiano” (HIRIGOYEN, 1998). É neste ponto do contexto histórico que,

o que antes era uma vaga ideia de um problema, torna-se então um conceito, ganhando a denominação de assédio.

Neste estudo, Hirigoyen levanta as primeiras questões sobre assédio que antes não haviam sido estudadas, tais como a subjetividade de olhares sugestivos e como isso pode afetar a vítima, o controle, a perseguição velada e como estas questões se instalam nas relações interpessoais, ampliando os estudos sobre o tema.

O conceito deixa então de existir apenas em território francês e passa a alcançar outras partes do mundo. No Brasil, o fenômeno então denominado de assédio moral, passa a ser estudado por Barreto com a publicação de sua dissertação de mestrado “Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações” (BARRETO, 2006).

Nesse ponto, vários estudos sobre o tema surgiam gradualmente e terminologias diferentes já existiam para o fenômeno nas diferentes nacionalidades. Em francês, o termo denomina-se *Harcèlement moral*; em países da América do Norte, *Workplace Bullying*; na Alemanha recebe o nome de *Pesten*; na Espanha, *El acoso moral*; em boa parte dos países europeus recebe o termo citado primeiramente por Leymann, *Mobbing*; já no Brasil recebe a denominação de assédio moral.

O conceito de assédio moral é formado com base nos estudos de pesquisadores do assunto, que vão se aprimorando e se modificando ao longo dos anos.

Segundo Hirigoyen (2002, p. 65),

Por assédio em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano a personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

Ela frisa ainda que a perversão moral não se relaciona com a psicopatia, pois não se origina numa perturbação de ordem psiquiátrica, mas, sim, de uma fria racionalidade aliada à incapacidade de considerar as pessoas como seres humanos.

À medida que as vítimas são expostas a situações vexatórias e abusivas, passam a lidar com sentimentos de impotência e também de humilhação, sendo este último um fator caracterizador do assédio moral.

De acordo com Barreto (2006, p.188),

Humilhação é o sentimento de ser ofendido, menosprezado, rebaixado, inferiorizado, submetido, vexado e ultrajado pelo outro. É sentir-se um ninguém, sem valor, inútil; magoado, revoltado, perturbado, mortificado, indignado, com raiva. As emoções em nova ordem podem ser causa de liberdade ou servidão.

A prática do assédio moral pode surgir em três modalidades, que são: vertical descendente, horizontal e vertical ascendente. A modalidade mais comum e recorrente no Brasil é o assédio vertical descendente, em que o superior hierárquico assedia o trabalhador subordinado. Segundo Barreto (2005), cerca de 90% dos casos são caracterizados como verticais descendentes.

Quando a prática hostil é feita por um colega de trabalho, a modalidade passa a se denominar “assédio moral horizontal”.

O mais incomum dos tipos de assédio moral, segundo Hirigoyen (2002), é o vertical ascendente, que é praticado por um ou mais subordinados em relação ao superior hierárquico.

Alguns estudiosos acerca do tema defendem que existe uma quarta modalidade de assédio moral, que seria o assédio moral misto ou *mobbing* combinado. Numa situação em que uma vítima seja atacada por um superior hierárquico e por um colega de trabalho simultaneamente, o assédio moral será caracterizado como misto (Rissi, Monteiro, Cecconello, & Moraes, 2016).

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Foi utilizada a revisão bibliográfica com o intuito de chegar ao estado do conhecimento, tendo como tema de estudo o assédio moral no trabalho. A pesquisa foi produzida a partir de artigos inerentes ao tema encontrados na base de pesquisa do Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também do site da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

O estado do conhecimento tem por principal característica a premissa do mapeamento das produções científicas já existentes a respeito de determinado tema, não apenas visando uma reunião dos estudos já realizados, mas também uma análise.

Segundo Romanowski e Ens (2006, p.39),

Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores.

Este tipo de pesquisa caminha lado a lado com a ciência, visto que esta é contínua e está em constante evolução. A sistematização de dados de certo assunto, em um período determinado, faz com que se torne claro e acessível o entendimento da evolução dos conceitos, a visão do que se tornou obsoleto, a compreensão do que permanece sem resquícios de mudança, bem como as sugestões de trilhas a serem tomadas a fim de que sejam produzidas novas pesquisas com novos achados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada tendo por base os artigos da base de dados indexados à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e no site ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

Referente à base CAPES, a busca foi realizada a partir dos descritores “assédio moral causas consequências”, nesta ordem e sem acentuações, e foram encontrados 92 resultados. Os descritores “assédio moral causas consequências”, na mesma ordem e contendo acentuação, também foram pesquisados e, em ambos os casos, obteve-se resultados iguais. Em seguida, delimitando-se o período de 2009 a 2019, obteve-se 74 resultados.

Refinando-se o tipo de recurso por “artigos” e aplicando-se o filtro de idioma, selecionando apenas os artigos em língua portuguesa, obteve-se 38 estudos. Optou-se por eliminar artigos cuja revista era de outro país, reduzindo-se assim o número para 37 resultados, sendo este o número de artigos considerados para a pesquisa na base CAPES.

No que tange aos artigos encontrados no site ABET, foram utilizados os descritores “assédio moral” no campo de pesquisa e, então, foi encontrado um dossiê denominado “Dossiê: Assédio Moral no Trabalho” o qual reunia uma quantidade de 14 artigos e 3 teses e dissertações, todos referentes ao assédio moral, totalizando 17 estudos no dossiê em questão. Deste número, as teses e dissertações foram desconsideradas.

É importante frisar que, neste momento, foi realizada uma análise preliminar no sentido de eliminar eventuais artigos repetidos, já encontrados anteriormente na base CAPES, e artigos que não correspondem ao período delimitado para a pesquisa. Uma vez que 2 artigos se repetiram e um artigo datava de 2008, restaram, por fim, 11 artigos, os quais foram considerados.

Assim sendo, somando-se o número de artigos considerados da base CAPES e do site ABET, temos um total de 48 artigos.

A partir destes artifícios de seleção, os artigos os quais não possuíam as palavras “assédio moral” ou “violência moral” em seu título, não foram utilizados para compor o corpus

da pesquisa, sendo então descartados. Desta forma, constata-se que, do número inicial de artigos considerados, 31 artigos (cerca de 64%) foram descartados.

No tocante aos artigos descartados, é importante frisar que estes se distanciavam, em maior ou menor grau, da proposta da pesquisa, ao não possuir o assédio moral como objeto de estudo e, por conseguinte, as causas e consequências do fenômeno, e também ao abordar assuntos similares, tais como o *cyberbullying* no meio acadêmico, mas que não atendiam às delimitações e objetivos estipulados. Por meio do mecanismo de busca de palavras do programa *Acrobat Reader DC*, o qual foi utilizado para a leitura dos artigos, verificou-se que a palavra “assédio” aparece em cada um desses artigos, seja no corpus da pesquisa, seja nas referências e possivelmente esta foi a causa de terem aparecido nas filtragens das buscas.

Restaram ao final 17 artigos (cerca de 35%) os quais atendiam às restrições e, portanto, foram selecionados para compor o corpus da pesquisa que se dividem, a seguir, entre as causas e as consequências.

Causas encontradas nos periódicos analisados

A partir das análises dos artigos, foi possível a divisão das causas do assédio moral em grupos, sendo eles: discursos e culturas organizacionais; abuso de poder; relações trabalhistas e discriminação e intolerância.

No que tange às causas relacionadas a discursos e culturas organizacionais, o estudo de Lima, Barbosa, Mendes e Patta (2014) traz que não se deve desconsiderar a variável “organização” como fator causador do assédio moral no ambiente de trabalho. Um achado do estudo, que visa investigar o assédio moral para com trabalhadores acometidos por Lesões por Esforços Repetitivos/ Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (LER/DORT) de uma instituição bancária, foi a constatação de que o ambiente de trabalho em questão é propício a ocorrências de assédio moral devido aos sistemas de gestão e aos sistemas organizacionais adotados, tais como estabelecimento de metas, sistemas de recompensas e punições, sistema de avaliação de desempenho apenas por resultados, rotatividade e criação de rankings ligados a resultados. Os atos discriminatórios não podem deixar de ser mencionados. Um dos entrevistados relata que o supervisor do setor se referia aos trabalhadores acometidos pela doença como “lesados do trabalho” e um médico do trabalho o chamou de “funcionário-problema” dentre outras formas discriminatórias que implicaram no assédio moral.

Ainda sobre causas relacionadas a discursos e culturas organizacionais, Silva, Castro e Dos Santos (2018), em sua obra, buscam por meio de questionário e análise dos dados, a partir de análise fatorial confirmatória e modelagem de equações estruturais, estudar a influência do assédio moral sobre a relação entre a cultura organizacional e a satisfação no trabalho. Os autores citam como causa do assédio moral no ambiente de trabalho fatores internos ou externos relacionados às características seja das vítimas, seja do agente assediador; a competitividade, que pressiona os funcionários para a obtenção de resultados em curto período de tempo e a cultura organizacional, que define como os indivíduos irão agir naquele contexto. Os autores também estudam os tipos culturais organizacionais, com suas características embasadas na perspectiva do Instrumento de Avaliação da Cultura Organizacional (OCAI – sigla em inglês), tendo como foco a cultura hierárquica, a “cultura mercado”, a cultura clã e a cultura adhocrática.

A cultura hierárquica se caracteriza pela utilização da burocracia como ferramenta organizacional, pelo foco no ambiente interno e pelo maior destaque na realização das tarefas mais do que nos resultados. A “cultura mercado” tem como foco o ambiente externo e nos resultados, estimulando a competitividade, a produtividade por parte dos funcionários e a rentabilidade financeira. A cultura clã, por sua vez, possui enfoque nas relações entre os funcionários, na flexibilidade, no ambiente interno, no trabalho de equipe e no senso de pertencimento dos funcionários. Por fim, a cultura adhocrática direciona o foco para a inovação e criatividade, foco no ambiente externo, envolvimento com a produção e com o cliente.

A partir das análises destes tipos de cultura organizacional, um achado no estudo dos autores se dá a partir da verificação de que as culturas clã e adhocrática não são favoráveis à ocorrência do assédio moral no ambiente de trabalho. Ainda de acordo com as análises, identificou-se que a “cultura mercado” é favorável às ocorrências de assédio moral, podendo

ser caracterizado como fator propiciador do fenômeno. A cultura hierárquica, por sua vez, não mostrou relevância estatística na análise dos dados e, desta forma, não se pode afirmar que a cultura hierárquica é favorável à ocorrência do assédio. Os autores destacam ainda que as culturas clã e adhocrática não só não são favoráveis à ocorrência do assédio, como a presença dessas culturas faz com que se possibilite a redução destas ocorrências; o oposto do que ocorre quando se tem elementos da cultura mercado.

Nunes e Tolfo (2013) discorrem sobre os fatores organizacionais que propiciam a ocorrência do assédio moral no trabalho. Os autores apresentam uma revisão da literatura sobre o assédio moral com uma abordagem voltada para a Ciência da Administração e Psicologia Organizacional e do Trabalho, focada no assédio moral organizacional como ferramenta estratégica que tem por objetivo melhorar a produtividade dos funcionários.

A primeira contribuição importante do estudo é a menção às metas, à competitividade nas organizações – que leva o indivíduo a trabalhar em seu limite – e a pressão, normalmente causada por superiores hierárquicos. Tais circunstâncias acabam por influenciar a ocorrência de comportamentos violentos dentro da organização. Ações antiéticas, tomadas por indivíduos que tem medo da perda de seu posto de trabalho, também podem influenciar estes comportamentos.

O artigo aborda o assédio moral organizacional como estratégia que funciona de maneira em que as humilhações e situações vexatórias não tem por objetivo apenas atingir a vítima, mas também mostrar aos demais membros da organização, o que pode vir a acontecer com estes, caso não alcancem as metas ou não cumpram os objetivos pré-determinados.

As causas ligadas ao abuso de poder são abordadas na obra de Nunes, Tolfo e Espinosa (2018), em que descrevem a definição de assédio moral no trabalho a partir do relato dos participantes da pesquisa sobre o tema em um único termo ou palavra, visando a elucidação sobre como os participantes entendem o fenômeno. Para tal estudo, os autores se utilizaram de três pesquisas distintas publicadas nos anos de 2008, 2010 e 2014-2015 as quais possuíam a mesma proposta e pergunta; e possuíam, por público alvo, funcionários do setor bancário, setores da saúde e justiça, docentes, técnicos administrativos, etc. Os autores destacam que elementos como o abuso de poder e a manipulação perversa, quando presentes dentro de uma organização, podem ser caracterizados como propiciadores do assédio moral. Nesse sentido, o agente que pratica o ato de assediar pode se utilizar de sua posição hierárquica na empresa para perseguir a vítima ou pode buscar rebaixar os demais no sentido de tornar-se ou sentir-se superior, demonstrando, assim, uma forte característica narcisista. Elementos mais subjetivos também podem ser vistos como causadores do fenômeno. Alguns exemplos são: a inveja, o desgosto por outro funcionário, elementos discursivos fomentados por uma cultura que favorece ou mesmo beneficia as práticas do agente assediador, seja para alcançar um objetivo ou meta, etc.

A abordagem das causas do assédio referentes às relações trabalhistas é feita na obra de Olivier, Behr e Freire (2011), onde caracterizam os processos de assédio moral no Estado do Espírito Santo. Nesse estudo, dentre as causas encontradas para a ocorrência do assédio moral, está o mau direcionamento das misturas ideológicas presentes no espaço de trabalho, que podem resultar em crises no indivíduo, que o transformam num sujeito perverso, podendo se tornar um agente assediador. Quando estas misturas são bem direcionadas, além de ser benéfico para todos, torna menos suscetível a ocorrência do assédio.

Deve-se atentar, também, ao tipo de relação estabelecida entre o funcionário e seu superior hierárquico, em decorrência do estreitamento de vínculos entre a organização e seus funcionários, visto que, cada vez mais, as organizações passam a ser parte integrante da vida do funcionário. Dentre as causas já citadas anteriormente, tem-se os sentimentos de inveja e de autoafirmação por parte do agente assediador e as relações autoritárias, que, por boa parte das vezes, culminam nas práticas de assédio. Todavia, a principal e mais complexa variável, que sustenta as ocorrências de assédio moral, é o alto índice de desemprego existente no mercado, que coage o funcionário a se sujeitar a relações desgastantes e a ambientes hostis por medo de não conseguir recolocação profissional, caso opte por sair da empresa.

Por fim, no tocante às causas do assédio ligadas a discriminação e intolerância, Siqueira, Saraiva, Carrieri, Lima, & Andrade (2009) contribuem trazendo considerações sobre a violência moral envolvendo pessoas homossexuais do sexo masculino. A pesquisa se deu por

meio de entrevista e análise de conteúdo e traz achados importantes. Os autores identificam o assédio moral como um dos principais representantes da violência moral e citam que alguns fatores podem resultar na ocorrência do assédio, tais como: líderes narcisistas, o abuso de poder, manobras perversas e a discriminação no que diz respeito à diversidade, que pode estar associada ao machismo, à baixa escolaridade, e até mesmo à impunidade.

Em boa parte dos casos, os homossexuais se encontram numa condição frágil na empresa, devido à sua orientação sexual, podendo se tornar um alvo fácil para piadas de mau gosto e situações vexatórias, além da perseguição e da probabilidade de sofrerem com formas de sabotagem, que os impede de ascender e galgar cargos superiores ou mesmo que resulte em sua demissão. Com isso, não só vivenciam um constrangimento perante os colegas como também se veem sem ter a quem recorrer.

Quando se tornam vítimas, veem-se inseridos num contexto de sofrimento que pode desestabilizar a esfera psíquica de sua vida e culminar em adoecimento. Um relato importante de um dos entrevistados trata da evitação, ou mesmo recusa de comunicação, quando as pessoas começaram a ter suspeitas a respeito de sua sexualidade e se puseram a tentar confirmar que o alvo era, de fato, homossexual. Em sequência, alguns funcionários se recusavam a trabalhar em conjunto com o entrevistado que, nesse ponto, já era categorizado como vítima da violência moral, ou assédio moral.

Um ponto importante são as denúncias realizadas por um dos entrevistados para a ouvidoria da organização, que nunca avançavam, pois os responsáveis por receber as denúncias e analisá-las não conduziam investigações sobre os casos e, com isso, auxiliavam na perpetuação da violência.

Ainda nesta categoria de causas, Valadão Jr. e Mendonça (2015), em sua pesquisa, objetivam, por meio de estudo de caso e entrevistas, identificar divergências e convergências entre as sentenças/processos verificados na Justiça do Trabalho e analisar os discursos dos autos, das vítimas e dos gestores das organizações responsabilizadas. As causas que favorecem as ocorrências do fenômeno são: desequilíbrio de poder; despreparo dos gestores potenciais; diferenças no comportamento gerencial entre os gêneros; condições organizacionais precárias; relações de poder reais ou percebidas; a percepção do agressor de que a vítima representa uma ameaça; ciúme profissional e inveja; diferenças culturais, educacionais, de orientação sexual, etc.; o ambiente de trabalho tóxico e que estimula a competição entre os funcionários; estilos autoritários de liderança, preconceito racial e o machismo.

Estas foram algumas das causas que levam às ocorrências do assédio moral no trabalho. Este tópico buscou discorrer sobre estas causas e, na próxima seção, as consequências do fenômeno serão apresentadas.

Consequências encontradas nos periódicos analisados

Consequências para a vítima

A partir das análises dos artigos, foi possível a constatação de que as consequências do fenômeno não atingem apenas a vítima, mas também a organização. Esta seção abordará as consequências para as vítimas, as quais foram possíveis fazer uma divisão em grupos das consequências advindas do assédio moral, sendo estes grupos: Sofrimento e abalos físicos e psicológicos; transtornos psicopatológicos, psicossomáticos e comportamentais; vergonha, medo e raiva; uso de drogas, dores generalizadas, depressão e perda da motivação e consequências estereotipadas.

No tocante a sofrimentos e abalos físicos e psicológicos, Ventura, Teixeira, Oliveira e Porto (2017), em sua revisão bibliográfica, abordam como consequências para a vítima: a) a queda do desempenho; b) redução da autoestima; c) sentimentos de incompetência; d) ansiedade e insegurança ao realizar as atividades, fazendo com que a pessoa comece a errar tarefas que antes conseguia executar sem maiores impeditivos; e) o medo de represálias caso venha a cometer algum erro; f) a desmotivação para com o trabalho, que faz com que a vítima não só já não tenha ânimo para trabalhar como também faz com que a vítima sinta vontade de se abster sempre que possível, ou seja, o absenteísmo caracteriza-se como uma das consequências.

As relações de trabalho são afetadas, visto que a vítima se afasta de alguns colegas; ocorre o abalo na carreira, uma vez que a vítima pode desistir da área em que atua, e, às vezes, se vê obrigada a recomeçar; sentimento de vingança; sofrimento mental que afeta a identidade emocional. É importante pontuar que, dentre os relatos das vítimas estão sintomas de patologias clínicas, tais como dores de cabeça, coração acelerado, calafrios e cargas de estresse, que culminaram no afastamento do trabalho. As vítimas relatam terem tido problemas emocionais e psicológicos que causaram, inclusive, problemas e desconfortos físicos, tais como depressão, taquicardia, choro descontrolado, angústia, insônia, perda e ganho de peso, perda de imunidade, queda de cabelo, dores no corpo e vômito forçado. A incerteza em relação ao futuro se classifica como uma das consequências do fenômeno, no sentido de que a vítima está sempre receosa de novas ocorrências e de encontros com o agente assediador, demonstrando que se trata de uma consequência de longo prazo.

Alencar, Santos e Melo (2018) também destacam as consequências do assédio moral em seu estudo. Estes citam os danos classificados por natureza física, afetiva, cognitiva e social. Os danos de natureza física pontuados são: abalo do sistema nervoso, disfunções do sistema gástrico, interferência nos movimentos, pois o sistema musculoesquelético é afetado, bem como o sistema endócrino e interfere também no sistema circulatório. Os problemas de ordem afetiva são: descontrole emocional, tristeza, angústia, irritação constante, ansiedade e depressão. A respeito dos danos cognitivos, à exceção das patologias cerebrais, não há maiores informações a respeito. Por fim, a principal consequência no âmbito social é a redução do grau de interação social da vítima com colegas de trabalho, amigos, cônjuge e familiares. Uma contribuição importante do estudo é que, diante das consequências do assédio, a vítima se encontra num contexto de abandono auto subjetivo da própria condição como ser humano e passa a lidar com alguns danos que, por vezes, são irreparáveis.

A respeito dos transtornos psicopatológicos, psicossomáticos e comportamentais, Andrade *et al.* (2015) nos trazem que as consequências psicopatológicas são: depressão; ansiedade; ciclotimia (transtorno de humor); distímia (transtorno depressivo persistente). Referente às consequências da esfera psicossomática, tem-se: enxaquecas; úlceras estomacais; torcicolos; hipertensão; ataques de asma; lombalgia (dores na região lombar); alopecia (queda de cabelo); dores musculares e labirintite. Não menos importante, as consequências comportamentais com as quais a vítima passa a lidar são: reações agressivas, seja para consigo ou para com outras pessoas; disfunção sexual; transtornos alimentares; isolamento social; consumo de álcool e drogas e tabagismo.

De acordo com os relatos dos depoentes, há ainda a febre emocional, choro, medo e tristeza. Os autores vão além e citam uma pesquisa realizada anteriormente, a qual tinha o assédio moral no ramo da enfermagem como objeto de estudo. Esta pesquisa verifica que, entre as vítimas do assédio, as consequências relatadas foram queixas gastrointestinais; dores de cabeça; cansaço; estresse; perda do apetite e crises de choro. Com isso, a pesquisa demonstra que a ocorrência do fenômeno pode deixar marcas na vítima que não cicatrizarão.

Almeida, Pena, Freitas e Lima (2018) corroboram o estudo anterior ao abordarem, como consequências do fenômeno, o constrangimento, risco de suicídio e, também, as consequências de ordem psicopatológica e psicossomática. Os autores abordam que as consequências de ordem psicopatológicas resultantes das ocorrências de assédio moral são: ansiedade; melancolia; insônia; apatia; alterações de humor; insegurança; medo e depressão. Já as consequências psicossomáticas são: taquicardia, sudorese; perda de peso; úlceras estomacais; tremores e dermatites. Referente às demais consequências tidas como mais comuns estão: o isolamento social; a disfunção sexual; reações agressivas; consumo de álcool e drogas e transtornos alimentares. É importante destacar que, neste processo de adoecimento, parte das vítimas se vê obrigada a procurar tratamento psiquiátrico, a fim de tratar e lidar com as marcas deixadas pelas agressões.

No tocante às consequências referentes à vergonha, medo e raiva, Siqueira *et al.* (2009), ao trazerem questões sobre homofobia e o assédio moral, apontam que as investidas das ações discriminatórias promovem o assédio e culminaram na demissão de um dos funcionários da empresa que participou da pesquisa. A vítima decidiu não levar o caso à justiça por medo da reação da família e, por conseguinte, foi colocada num lugar onde ele sequer poderia reagir. As consequências destas situações para a vítima são: ansiedade, medo, angústia, insônia, sentimento de impotência e depressão, sem contar o medo de realizar denúncias e sofrer

represálias.

Nunes, Tolfo e Espinosa (2018) constatarem que, enquanto uma parcela dos participantes da pesquisa realizada define o assédio moral pelas práticas hostis, uma outra parcela compreende o fenômeno pelas suas consequências que, segundo eles, são: vergonha, medo, raiva, angústia, baixa autoestima, culpa, ódio, sofrimento, tristeza e a dignidade. As consequências que surgiram com maior frequência, de acordo com os participantes, foram vergonha, medo e raiva, em ordem de maior frequência para a menor. Tais consequências acabam por afetar a identidade das vítimas, que passam a ter ideias negativas de si próprias, e a torna vulnerável.

É válido destacar que algumas vítimas do assédio moral passam a fazer uso de drogas, passam a sofrer com a depressão, perdem a motivação e até mesmo passam a apresentar dores generalizadas.

Olivier, Behr e Freire (2011) apontam que as consequências para as vítimas são a vergonha por não ter percebido antes que estava sendo vítima de assédio; perda da autoestima; dignidade afetada; desmotivação que acaba por levar à queda de produtividade; tristeza; isolamento; medo do desemprego; depressão; perda de sentido da própria vida e até mesmo pensamentos suicidas.

Rodrigues e Freitas (2014) revelam informações importantes trazidas pelos entrevistados, no que tange às consequências do assédio moral. Alguns relataram a perda de interesse em lecionar na instituição ou mesmo a perda de interesse na atuação no campo da educação, considerando a mudança de área profissional. Outros relataram não haver maiores impactos relacionados às suas carreiras. Os entrevistados mencionaram, também, consequências negativas do ponto de vista físico e financeiro, ao passo que houve consequências positivas referentes ao processo de aprendizagem, amadurecimento, reflexão e mudanças decorrentes das situações vivenciadas. Quanto ao ambiente de trabalho, foram mencionadas situações de descrédito do trabalho desenvolvido pelos docentes que foram vítimas das violências. As autoras citam ainda a raiva, o medo, o sentimento de culpa, a depressão e o princípio de acidente vascular cerebral (AVC) como possíveis consequências que surgem em decorrência do fenômeno.

Barreto e Heloani (2015), no que se refere às consequências do assédio moral em seu estudo, trazem elementos, semelhantes a outros autores. As consequências sofridas pelas vítimas são as mais diversas como: o aumento de doenças e transtornos mentais, a busca pelo uso de drogas e do álcool, aumento de acidentes, podendo ser fatais, possíveis problemas econômicos, uma vez existindo a ameaça da demissão, sentimento de culpa, medo, insegurança, alteração na imagem que a vítima tem de si própria e a interferência nas relações afetivas e emoções.

Há de se levar em consideração ainda as consequências do assédio que são estereotipadas. Em sua obra, Meurer e Strey (2012) citam que as consequências são estereotipadas por gênero, fazendo com que alguns conceitos sigam resistindo ao tempo ainda que venham se modificando e, conseqüentemente, levando às generalizações. Nesse sentido, as mulheres vítimas de assédio, de acordo com estudos elaborados anteriormente ao das autoras e que abordam consequências do assédio, sofreriam com culpa, mágoa, ressentimento, choro constante, sensibilidade, medo, abalos de natureza física, tais como tremores e palpitações. Já os homens, por sua vez, também sofreriam com consequências ditas “de homem”, tais como raiva, sentimento de vingança, agressividade, dignidade ferida, silêncio perante o ocorrido, sentimento de inutilidade, impotência e fracasso e até mesmo casos de violência doméstica. Desta forma, as consequências — dívidas por gênero — são resultantes de um processo de estereotipia da literatura já produzida a respeito do tema.

Estas foram algumas das consequências para a vítima, advindas das ocorrências do assédio moral no trabalho. Este tópico buscou discorrer sobre estas consequências e, na próxima seção, as consequências para a organização serão abordadas.

Consequências para a organização

Assim como o assédio moral atinge suas vítimas, que passam a sofrer e lidar com as sequelas, as organizações são também afetadas pelas ocorrências do fenômeno. Deste modo, as

organizações acabam sofrendo com o absenteísmo, queda na produtividade e aposentadorias prematuras, bem como sofrem com a estigmatização do ambiente de trabalho e perda de talentos.

No que se refere ao absenteísmo, queda na produtividade e aposentadorias prematuras, o estudo de Nunes e Tolfo (2013) aborda justamente estas consequências, ao citar a queda na produtividade por parte dos funcionários, aposentadorias precoces e custos com tratamentos médicos e psicológicos exigidos pelas vítimas.

Silva, Castro e Dos Santos (2018) corroboram estas ideias ao citarem em sua obra o absenteísmo; a queda na produtividade; a perda de qualidade; a criação de um ambiente hostil, degradante e humilhante; rotatividade; redução da capacidade de atrair e reter talentos e perdas financeiras pelos erros cometidos pelas vítimas.

Alencar *et al.* (2018) destacam em seu estudo as consequências para a empresa: a queda na produtividade; absenteísmo; lucratividade afetada; custos com os quais precisará arcar, sejam eles médicos ou jurídicos.

O estudo de Nunes, Tolfo e Espinosa (2019) discorre sobre as consequências do fenômeno para a organização, que são: absenteísmo; aposentadoria prematura; aumento dos custos devido ao absenteísmo; enfraquecimento da adesão ao projeto organizacional; eventual redução do valor da marca; exposição negativa da organização; redução da produtividade e desempenho; rotatividade de pessoal; clima conflituoso e problemas de relacionamento interpessoal por parte dos funcionários.

Em relação à estigmatização do ambiente de trabalho e perda de talentos, Rodrigues e Freitas (2014) abordam as consequências do assédio moral para a organização, que sofre com a perda de talentos e pode ganhar o estigma de ambiente tóxico de trabalho, tanto na perspectiva dos profissionais que já trabalham dentro da organização, como por profissionais de fora dela, que podem se desinteressar pela atuação em um ambiente com esse tipo de estigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a entender os diferentes conceitos de assédio moral a partir da perspectiva de vários estudiosos do tema. Os tipos de assédio moral existentes foram abordados, a fim de elucidar o entendimento a respeito do assunto.

Foi possível verificar que uma parcela dos artigos não tem como objetivo específico estudar as causas e consequências do assédio moral, embora o fenômeno seja o objeto de estudo das pesquisas selecionadas. Ocorre que, a fim de discorrer sobre os objetivos individuais de cada pesquisa, as causas e consequências acabam por ser citadas pelos autores.

Constatou-se que as incidências dos casos de assédio são muito presentes no âmbito público, no setor bancário, no meio acadêmico e na área da saúde. Estes setores tem em comum a presença da competitividade, a multiplicidade de tarefas, funções não claras, relações ambíguas e os resultados como um objetivo que precisa ser atingido a qualquer custo, fomentando a presença de uma cultura organizacional que influencia e é influenciada pelo assédio e que, por consequência, torna-se conivente com as práticas hostis culminando, em boa parte dos casos, no adoecimento do funcionário. Estes fatores representam a causa das ocorrências do fenômeno no ambiente de trabalho.

A partir das análises, possibilitou-se uma maior elucidação a respeito das consequências do fenômeno, que vão desde a ordem física e psíquica até as ordens psicossomática e comportamental. Tais consequências levam as vítimas ao afastamento do trabalho; à recorrência a especialistas psiquiátricos; ao uso de medicamentos para conseguir dormir e uso de calmantes; ao abuso de álcool e drogas e, em casos mais extremos, ao suicídio. Estas análises não apenas indicam pressupostos antagônicos, visto que o funcionário pode acabar falecendo no ato de tentar buscar sua subsistência no ambiente de trabalho, como também indicam o grau de perversidade a que os indivíduos podem estar expostos dentro das organizações.

Referências

- Alencar, M. P., Santos, N. C., & Melo, M. A. (2018). Assédio Moral de LGBT no âmbito Organizacional. *Id Online*, 413-442. Recuperado de <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1134/1637> em 19 out. 2020.
- Almeida, A. C., Pena, P. G., Freitas, M. d., & Lima, M. A. (2018). Assédio moral institucionalizado: trajetória de operadores de teleatendimento com LER/DORT. *Laborare*, 63 - 84. Recuperado de <https://trabalhodigno.org/laborare/index.php/laborare/article/view/2595-847x.2018-14/4> em 20 Out. 2020.
- Andrade, C. G., Leão, J. D., Costa, I. C., Brito, F. M., Santos, K. F., & Costa, S. F. (2015). Assédio Moral na Atenção Básica Segundo os Profissionais de Enfermagem. *Trab. educ. saúde*, 77 - 90. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000400077&lng=en&nrm=iso em 21 Out. 2020
- Barreto, M. M. (2005). Assédio Moral: a violência sutil – Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São paulo, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17370/1/Margarida%20Maria%20Silveira%20Barreto.pdf> em 18 Fev. 2020.
- Barreto, M. M. (2006). *Violência, Saúde e Trabalho (Uma Jornada de Humilhações)*. São Paulo: Educ.
- Barreto, M. M., & Heloani, R. (2015). Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serv. Soc. Soc.*, 544 - 561. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300544&lng=pt&nrm=iso em 19 out. 2020.
- Hirigoyen, M.-F. (1998). *Le Harcèlement Moral: la violence perverse au quotidien*. Paris: Syros.
- Hirigoyen, M.-F. (2002). *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Lima, C. Q., Barbosa, C. M., Mendes, R. W., & Patta, C. A. (2014). Assédio moral e violências no trabalho: caracterização em perícia judicial. Relato de experiência no setor bancário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 101 - 110. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000100101&lng=en&nrm=iso em 20 Out. 2020.
- Martins, S. P. (2012). *Assédio moral no emprego*. São Paulo: Atlas.
- Meurer, B., & Strey, M. N. (2012). Problematizando as práticas psicológicas no modo de compreender o fenômeno assédio moral. *Psicologia: ciência e profissão*, 452 - 471. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200013&lng=en&nrm=iso em 20 de Out. 2020.
- Morosini, M. C., & Fernandes, C. M. (2014). Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, 154-164. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875> em 23 Out. 2020.
- Nunes, T. S., & Tolfo, S. d. (2013). A Dinâmica e os Fatores Organizacionais Propiciadores à Ocorrência do Assédio Moral no Trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado*, 90 - 113. Recuperado de <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/161> em 15 Out. 2020.
- Nunes, T. S., Tolfo, S. d., & Espinosa, L. M. (2018). Assédio Moral no Trabalho: A Compreensão dos Trabalhadores sobre a Violência. *Revista de Gestão e Secretariado*, 205 - 219. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/OC/article/view/8327/pdf>. em 14 out. 2020.
- Nunes, T. S., Tolfo, S. d., & Espinosa, L. M. (2019). A percepção de servidores universitários sobre as políticas, ações e discursos institucionais sobre o assédio moral no trabalho. *Organizações em Contexto*, 191 - 222. Recuperado de <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/629> em 14 out. 2020.
- Olivier, M., Behr, S. d., & Freire, P. I. (2011). Assédio moral: uma análise dos acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo. *Revista de Gestão*, 75-92. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616303514> em 15 Out. 2020.
- Rissi, V., Monteiro, J. K., Cecconello, W. W., & Moraes, E. G. (2016). Intervenções Psicológicas diante do Assédio Moral no Trabalho. *Temas em Psicologia*, 339-352. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000100018&lng=pt&nrm=iso em 19 fev. 2020.
- Rodrigues, M., & Freitas, M. E. (2014). Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo

- sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. *Cadernos EBAPE*, 284-301. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512014000200008&lng=en&nrm=iso em 15 out. 2020.
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado Da Arte” Em Educação. *Revista Diálogo Educacional*, 37-50. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872> em: 28 set. 2020.
- Silva, L. P., Castro, M. A., & Dos-Santos, M. G. (2018). Influência da Cultura Organizacional Mediada pelo Assédio Moral na Satisfação no Trabalho. *Rev. adm. contemp*, 249-270. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552018000200249&lng=en&nrm=iso em 17 Out. 2020.
- Siqueira, M. V., Saraiva, L. A., Carrieri, A. d., Lima, H. K., & Andrade, A. J. (2009). Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. *Organização & Sociedade*, 447-461. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302009000300003&lng=en&nrm=iso em 19 Out. 2020.
- Valadão-Júnior, V. M., & Mendonça, J. M. (2015). Assédio moral no trabalho: dilacerando oportunidades. *Cadernos EBAPE*, 19-39. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100003&lng=en&nrm=iso em 21 Out. 2020.
- Ventura, E. F., Teixeira, L. A., Oliveira, R. R., & Porto, L. (2017). Assédio moral e seu dano na saúde mental dos indivíduos. *Revista Face*, 56-72. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/56-72> em 11 jun. 2019.

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade

A crise dos refugiados estudada em um evento: alunos de administração refletindo sobre aspectos da Agenda 2030 da ONU

Maria Clara Bôdas Vidilli
USP - Universidade de São Paulo
Laryssa Euzébio
USP - Universidade de São Paulo
Luciana Morilas
USP - Universidade de São Paulo

RESUMO

Forçadas a abandonar suas casas devido a conflitos armados, violência e violação de direitos humanos, cerca de 70 milhões de pessoas refugiam-se em países em desenvolvimento (85% deles), como o Brasil, destino mais frequente nas últimas décadas. Trata-se de mão de obra qualificada, em regra, que poderia estar empregada, desde que os gestores tivessem consciência de suas histórias e do quanto podem agregar à empresa, principalmente no quesito internacionalização, já que muitos falam mais de um idioma. Criar consciência analítica em estudantes de administração, além de cumprir com os objetivos da Agenda 2030 e da iniciativa PRME da ONU, forma gestores engajados social e institucionalmente. Com esse objetivo, foi realizado o projeto “Todos somos refugiados” em disciplinas de direito internacional do curso de administração da FEA-RP/USP, integrando ensino, pesquisa e extensão, por meio da metodologia da aprendizagem integrada e transformadora. A pesquisa sobre os países em conflito que exportam refugiados e sobre os países que os recebem foi apresentada em relatórios, compilados em um e-book, e em pôsteres, utilizados como avaliação nas disciplinas, apresentados em um evento; o evento contou com a comunidade participando de uma imersão com várias dinâmicas antes de palestras proferidas por especialistas; as palestras resultaram, ainda, em um programa de rádio para atingir a comunidade que não participou do evento. É imprescindível que as discussões acadêmicas sobre temas específicos se disseminem ao público geral por iniciativas semelhantes, para que políticas públicas sejam formuladas e postas em prática de forma eficiente em se tratando de refugiados.

Palavras-chave: Refúgio, ODS, Aprendizagem Transformadora, Evento, Reflexão.

ABSTRACT

Forced to flee their homes due to armed conflicts, violence and human rights violations, around 70 million people take refuge in developing countries (85% of them), such as Brazil, the most frequent destination in recent decades. As a rule, this qualified workforce could be employed, as long as managers are aware of their stories and how much they can add to the company, especially in terms of internationalization, as many speak more than one language. Creating analytical awareness in business students, in addition to fulfilling the objectives of the 2030 Agenda and the UN PRME initiative, trains socially and institutionally engaged managers. With this objective, the project 'We are all refugees' was carried out in disciplines of international law from the FEA-RP/USP administration course, integrating teaching, research and extension, through the methodology of integrated and transformative learning. The research on countries in conflict that export refugees and on the countries that receive them was presented in reports, compiled in an e-book, and in posters, used as evaluations in the subjects, presented at an event; the event had the community participating in an immersion with various dynamics before lectures given by experts; the lectures also resulted in a radio program to reach the community that did not participate in the event. It is essential that academic discussions on specific themes be disseminated to the public through similar initiatives, so that public policies are formulated and put into practice efficiently when dealing with refugees.

Keywords: Refuge, ODS, Transformative Learning, Event, Reflection.

INTRODUÇÃO

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR (FOULKES, 2014) revelam que o número de refugiados na crise atual ultrapassou o de refugiados da Segunda Grande Guerra. É, de fato, alarmante que qualquer dado seja comparável e até mesmo superior ao desse marco histórico, um momento extremamente violento, no que se refere à violação dos direitos humanos fundamentais.

Em números, atualmente, cerca de 70 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas devido a conflitos armados, violência e violação dos direitos humanos, de acordo com o Acnur (2019a). Ainda de acordo com dados do Alto Comissariado, o número de refugiados cresceu mais de 50% nos últimos 10 anos. Refugiados são seres humanos que foram obrigados a deixar sua propriedade, seu país de origem, sua história pregressa em razão de conflitos armados ou políticos em busca de uma vida melhor em outro estado soberano. Grande parte deles - 85% - encontram-se atualmente em países em desenvolvimento, com o objetivo de reconstruir suas vidas (ONU, 2019).

A Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (Agenda ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), uma série de iniciativas globais para o desenvolvimento sustentável do mundo, aborda a questão do refúgio fundamentalmente no Objetivo de número 16: Peace, Justice and Strong Institutions, o qual visa “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Trabalhar esse tipo de tema com futuros profissionais da administração auxilia a desenvolver a capacidade analítica dos estudantes, formando egressos com forte engajamento social e institucional, capazes de refletir sobre conjunturas internacionais e aproveitar o aprendizado para aplicá-lo no dia a dia da administração empresarial, ao término da graduação.

Com o objetivo de levantar a questão perante futuros gestores, durante o segundo semestre letivo do ano de 2019, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), foi realizado um trabalho abordando a problemática questão do refúgio ao redor do mundo, que culminou na realização de um evento, com o intuito de aproximar os estudantes do curso de administração dessa realidade e provocar uma reflexão crítica a respeito do papel do administrador perante tal questão. O evento, como será detalhado mais à frente, contou com dinâmicas, exposição de trabalhos feitos por alunos das disciplinas de Direito Internacional e *International Law Applied to Business* e com uma mesa redonda que promoveu uma série de reflexões acerca do tema do evento. Este artigo pretende, com isso, levantar a possibilidade de que outros docentes utilizem técnicas semelhantes durante as disciplinas, de modo a aproximar os estudantes da realidade, a partir de estudos teóricos colocados em prática. Esse tipo de reflexão envolve o aluno e o leva a reter o conteúdo muito mais fortemente que as tradicionais provas escritas.

Este trabalho apresenta, portanto, as dinâmicas utilizadas nas disciplinas de Direito Internacional e *International Law Applied to Business* destinadas aos alunos do curso de administração da FEA-RP, para levantar reflexões sobre a crise de refugiados que assola o mundo. A crise dos refugiados atinge tanto o Brasil, que se tornou o destino de milhares de refugiados, quanto - e principalmente - os países europeus, de onde vêm parte dos alunos envolvidos no projeto. De acordo com o Acnur (2019b), dobrou o número de pedidos de refúgio em 2018 no Brasil, na comparação com 2017, chegando a 80 mil pedidos no país. Assim sendo, os países nas suas esferas governamentais e sociais, receptores desses refugiados, precisam estar familiarizados com a situação e direitos dessas pessoas, não só sob a ótica legal, mas também sob a ótica humanitária.

O tipo de reflexão proporcionada aos alunos se encaixa nos princípios do PRME, (Princípios para a Educação em Gestão Responsável, na sigla em inglês), iniciativa da ONU criada em 2007 e do qual a FEA-RP, onde o trabalho foi desenvolvido e aplicado, é participante

ativa. Trata-se de uma iniciativa de engajamento voluntário para as escolas de negócios, que pretendem formar lideranças responsáveis, aptas a utilizarem o paradigma da sustentabilidade em sua atuação profissional. A instituição de ensino superior que se tornar signatária do PRME deve se organizar a fim de integrar os valores defendidos pela plataforma como parte da organização, inserindo seus princípios em sua grade curricular, em suas pesquisas e em suas ações institucionais (HOURNEAUX JUNIOR; CALDANA, 2017). O princípio 3 pretende "criar estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável." (PRME, 2007), assim como realizado neste trabalho.

O material desenvolvido aqui tem o intuito de mostrar aos futuros administradores uma visão mais ampla do Direito Internacional e de sua relação com a Administração de Empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, maior parte das empresas no Brasil e que têm tido cada vez mais necessidade de trabalharem no ambiente internacional, em razão da crescente globalização. Foi nesse sentido que o governo brasileiro, desde 2003, autorizou a criação da Apex, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, uma pessoa jurídica de direito privado estatal, com o objetivo de fomentar as exportações brasileiras. Não se trata de uma questão individual de cada produtor de bens ou serviços, mas de uma política institucional, de um incentivo governamental, que merece a atenção dos pequenos e médios empresários.

Portanto, é imprescindível aproximar a realidade dos alunos de Administração da FEARP/USP das discussões sobre a Crise de Refugiados com o objetivo de formar futuros gestores com conhecimento amplo acerca dessa nova mão de obra que vem se formando no Brasil e trazer engajamento social aos egressos, pois esta questão torna-se cada vez mais latente nos debates da sociedade brasileira em geral. Em consonância, pretende-se romper barreiras discriminatórias e preconceituosas, através do lema "Todos somos refugiados".

De fato, a necessidade de formalizar o tema central na discussão acadêmica não só entre docentes, mas entre os discentes, se constitui como um dos principais objetivos desta iniciativa. O conhecimento sólido no âmbito do Direito Internacional, incluindo institutos fundamentais, como o Direito dos Tratados e o Direito das Gentes, pode contribuir para a formação de um profissional mais completo. Por outro lado, trata-se de apresentar uma gama de novas oportunidades de mercado em agências internacionais inicialmente impensadas pelos alunos pouco acostumados ao raciocínio multicultural.

O propósito da iniciativa não se prende apenas ao viés puramente comercial e com vistas ao mercado de trabalho, pois pretende conferir aos alunos de Administração uma formação dotada de engajamento social e institucional forte em âmbito internacional, e propiciar um questionamento político e estratégico, com base em raciocínios críticos estimulados pelos debates atuais em esfera global. Além de proporcionar aos alunos uma experiência palpável com o tema através do evento que foi inspirado em uma instalação do programa "Médicos Sem Fronteiras", nomeados "Forced from home", levando-os à reflexão central do evento: Todos somos refugiados.

Em suma, apresenta-se o relato de uma experiência feita com alunos do curso de administração da FEA/RP-USP a fim de proporcionar uma Aprendizagem Transformadora, possibilitando ao futuro gestor ter uma visão crítica acerca da situação de refugiados pelo mundo e principalmente no Brasil, conscientizando sobre a importância do futuro profissional estar preparado para lidar com essa questão.

REVISÃO DA LITERATURA

A Revisão de Literatura procurou abarcar as circunstâncias que envolvem a situação da crise dos Refugiados em âmbito internacional e nacional, assim como as novas diretrizes que vêm sendo adotadas pelos países receptores dessas pessoas em situação de vulnerabilidade. Buscou-se também dados sobre panorama geral dos refugiados no Brasil, imprescindível para a elaboração dos pôsteres dos discentes e subsequente discussão ocorrida no evento realizado. Também foram feitos levantamentos acerca da teoria de Aprendizagem Transformadora bem

como a questão da responsabilidade social empresarial e a mão-de-obra refugiada no Brasil.

Tonus (2018) constata que não se passa um dia sem que a imprensa nacional ou internacional anuncie o desaparecimento de migrantes pelos oceanos do planeta, o desmantelamento de campos “selvagens” de estrangeiros ou a implementação de novos dispositivos jurídicos de gestão de populações expatriadas. Da invisibilidade do final dos anos 90 à multiplicação atual de narrativas, migrantes e refugiados tornaram-se atores incontornáveis do campo midiático e literário.

Da Silva (2017) aponta que a questão dos refugiados tem tido grande relevância nos últimos anos no cenário internacional pela expressiva dimensão de seus fluxos, pelo desrespeito à dignidade humana e pela crescente violência na sua contenção, apesar da sua condição de extrema vulnerabilidade.

No âmbito internacional os impactos e a necessidade de novas diretrizes frente à crise de refugiados se impõem, pois esse afluxo de pessoas sem precedentes confronta os Estados-Membros da União Europeia frente ao seu compromisso com os direitos reconhecidos na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, em especial à Lei e Política Europeia de Asilo (GIL, 2018).

O aspecto humanitário é inerente a uma ética internacional migratória: cuidar de refugiados é uma questão civilizatória fundamental para a cidadania e para a construção de um projeto de justiça social (GOMARASCA, 2017).

Os processos migratórios contemporâneos são um fenômeno global e vêm adquirindo conformações específicas em cada um dos continentes. O Brasil neste século fez parte desse contexto ao receber imigrantes de vários outros países e em situações bastante diferenciadas (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Os mecanismos de proteção internacional dos refugiados se fundamentam nas convenções de direito internacional e o Brasil conta com um acervo normativo relevante nesse aspecto, com tratados internacionais ratificados perante a legislação nacional (SILVA JUNIOR, 2017). Como o país não tem um histórico relevante de recebimento de refugiados, o atendimento de um acréscimo de demanda configura-se um desafio ao aparato burocrático estatal para atender ao fluxo crescente de solicitações.

Dados do panorama geral dos refugiados no país: Acnur e o Brasil

O governo brasileiro conjuntamente com o Acnur lançaram o Relatório “Refúgio em Números” o qual é responsável por trazer o panorama mais atual sobre o cenário de refúgio no Brasil e a Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio no Brasil, fruto de um projeto entre CONARE e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2019a). A ferramenta permite a visualização pública de dados em gráficos e tabelas dinâmicas, as quais foram decisivas para o estudo e elaboração dos pôsteres já referidos. José Egas, representante do Acnur, defendeu que “O Brasil oferece à comunidade internacional excelentes práticas em relação à proteção e acolhimento de pessoas refugiadas”. De Sales (2019) corrobora a fala de Egas em seu trabalho, quando afirma que:

O Brasil demonstra constantemente uma posição pioneira e de liderança perante a proteção internacional dos refugiados. Segundo o ACNUR (2019) o Brasil é pioneiro na proteção internacional na América, uma vez que foi um dos primeiros países da América do Sul a ratificar, em 1960, a Convenção de 1951 que versa sobre o Estatuto dos Refugiados. Soma-se a isso o fato de nossa nação ter sido igualmente pioneira no tema, em 1958, ao integrar o Comitê Executivo (ExCom) do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (DE SALES, 2019, p. 33).

O pioneirismo e liderança do Brasil em relação à proteção de refugiados, salvo, obviamente, os problemas e as dificuldades a serem sanadas ainda, se refletem em números.

A partir de dados disponibilizados pelo Relatório “Refúgio em números” podemos perceber que, nos últimos anos, houve um considerável aumento de números de pedidos de reconhecimento de refugiados ao Brasil, entre 2011 e 2018. No último ano considerado, houve uma explosão no número de casos, os quais representam 38% do total (CONARE, 2019).

Ao se fazer a análise sobre o número de refugiados, no mesmo período considerado acima, vemos que a totalidade de pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil, incluindo processos deferidos e reassentamentos aumentou de 4,035 mil para 11,231 mil, ou seja, um aumento aproximado de 278% (CONARE, 2019).

Aprendizagem Transformadora

Os modelos econômicos adotados até então têm se mostrado insustentáveis, sendo representados por um cenário antagônico caracterizado por um grande desenvolvimento nas questões técnico-científicas concomitantemente a desequilíbrios ecológicos que põem em risco a vida humana (CLOSS; ANTONELLO, 2014).

As organizações são um ponto central nessa questão pelo fato de impactarem, direta ou indiretamente, a vida de praticamente toda a população (CLOSS; ANTONELLO, 2014). Nesse sentido, faz-se necessário um novo modelo de educação gerencial que vise desenvolver profissionais capacitados para administrar organizações sustentáveis, inclusivas e participativas (SCHUTEL, 2015).

É nesse cenário de demanda por uma educação gerencial voltada ao desenvolvimento de profissionais capazes de gerir companhias sustentáveis que temos a aprendizagem transformadora. A aprendizagem transformadora visa a educação de adultos, tanto de maneira formal quanto informal, no contexto de ligação entre o individual e o social como dimensões coexistentes e igualmente importantes, já que os indivíduos são constituídos em sociedade (CLOSS; ANTONELLO, 2014).

O foco da aprendizagem transformadora é a mudança na maneira como o indivíduo interpreta e lida os fenômenos ao seu redor (SCHUTEL, 2015). Segundo Closs e Antonello (2014):

A transformação de perspectivas de significados passa por um processo emancipatório de conscientização crítica, visando ao entendimento de como e por que a estrutura de pressupostos psicoculturais restringe a forma de um indivíduo ver a si próprio e seus relacionamentos. A estrutura de pressupostos é reconstituída de modo a permitir uma integração mais inclusiva e discriminante da experiência, bem como um agir em consonância com essa nova compreensão (CLOSS; ANTONELLO, 2014, p. 228).

Em síntese, a Aprendizagem Transformadora busca ampliar a visão de mundo por meio de vivências que criem uma percepção crítica sobre os acontecimentos que cerceiam o indivíduo. No âmbito dos cursos de graduação em administração, a abordagem pode provocar nos futuros gestores uma reflexão acerca de seu papel social e sobre a expectativa social relacionada ao papel do administrador, também como uma mudança de visão dos alunos, que agora passam a desenvolver uma consciência crítica a respeito do papel das organizações perante a sustentabilidade (SCHUTEL, 2015).

Responsabilidade Social Empresarial e a mão-de-obra refugiada no Brasil

A responsabilidade social empresarial consiste na busca voluntária, por parte da empresa, por iniciativas que contemplem aspectos de natureza ética, social e ambiental em todas as partes interessadas, ou seja, seus clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas, concorrentes, governo e comunidades a fim de promover o desenvolvimento de negócios sustentáveis (BORDIN; PASQUALOTTO, 2013).

A responsabilidade social empresarial é um modelo de gestão no qual a empresa se posiciona como um agente social que se preocupa com o bem-estar dos indivíduos em sua totalidade (BORDIN; PASQUALOTTO, 2013). No Brasil, a responsabilidade corporativa sobre questões sociais mostra-se necessária pelo fato dos problemas estruturais aqui existentes,

como a fome, violência e carência de educação formal (SCHROEDER & SCHROEDER, 2004).

Outra vertente analisa a responsabilidade social da empresa como a obrigação que uma companhia possui de responder por seus atos ou de quem a ela estiver relacionada. Isso também leva a compreensão da postura estratégica da responsabilidade social dentro do contexto organizacional, na qual as empresas buscam um posicionamento ético em relação a seus *stakeholders* como uma vantagem competitiva e como ferramenta de marketing (BORDIN; PASQUALOTTO, 2013).

Ainda que o Brasil tenha avançado muito na questão da responsabilidade social corporativa, a mão-de-obra refugiada encontra-se esquecida no contexto de empregabilidade. A forma de gestão empresarial que fomenta uma forte concorrência interindividual entre seus empregados dificilmente dá abertura a solidariedade ou a questão trabalhista dos refugiados (VIANA, 2020).

Segundo dados da Acnur (2019a), cerca de 34% dos refugiados que chegam ao Brasil possuem ensino superior completo. Uma grande questão na reinserção no mercado de trabalho é a dificuldade de reconhecimento desse diploma, que muitas vezes não é feito pela falta da documentação necessária ou pela extenuante burocracia envolvida nesse processo (VIANA, 2020).

Junto à problemática do curso superior, aparece o idioma. É muito comum encontrar refugiados que falam mais de três línguas, porém não possuem domínio básico da língua portuguesa (VIANA, 2020), o que dificulta a contratação por empresas onde não há um brasileiro que fale outro idioma, muito comum no Brasil.

A questão da informalização do trabalho é recorrente nesse meio. Muitos optam por trabalhar em comércio nos semáforos e pelas calçadas da cidade. Nesse contexto também se encontra o problema da escravidão e situações análogas, muito recorrente no meio de confecções de roupas, principalmente na cidade de São Paulo (VIANA, 2020).

Na questão de inserções de refugiados bem-sucedidas no mercado de trabalho temos o destaque para as grandes contratações feitas por abatedouros de aves na região Sul do país. O chamado abate halal exige mão-de-obra capacitada para atender às estritas exigências do Oriente Médio para a importação de frango. A inserção de refugiados nesse sentido mostra-se bem-sucedida pelo fato de uma das exigências dos países islâmicos ser o fato de o abate ter que ser feito por muçulmanos (VIANA, 2020).

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura baseada na temática dos ODS e da Agenda 2030, bem como em fontes doutrinárias e jurisprudenciais do Direito Internacional. Além de pesquisas voltadas para o embasamento e contextualização histórica, associadas a artigos acerca da crise de refugiados, uma expressiva parte da pesquisa buscou informações estatísticas junto aos dados disponibilizados pelo relatório Refúgio em Números e da Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio no Brasil da ONU.

Levantados os dados, foi possível distribuir os alunos em grupos, de modo que eles fossem levados a estudar a fundo cada um dos países envolvidos na dinâmica, seja como origem dos refugiados ou como destino. Com essa distribuição, foi possível estabelecer um panorama do refúgio no mundo, sob os dois pontos de vista: dos países que geram situações problemáticas capazes de levarem seu povo a desejar abandonar seu espaço e os dos países de destino dessas pessoas.

Em um segundo momento, a abordagem metodológica levou à realização de atividades baseadas no conceito de Aprendizagem Transformadora, a fim de incentivar a percepção crítica do aluno.

Após serem feitos os levantamentos de dados e informações necessárias, iniciou-se o processo de organização do evento “Todo mundo já foi refugiado um dia: reflexões sobre a crise migratória e a Agenda 2030 da ONU”.

O evento contou com as seguintes etapas: a) estudantes de diferentes nacionalidades foram agrupados em equipes; b) levantamento bibliográfico com ponto focal em países; c)

elaboração de pôsteres temáticos; d) montagem de instalação interativa aberta ao público; e) realização de mesa-redonda com especialistas e avaliação dos trabalhos.

O relato aqui apresentado foi elaborado por meio da observação participante e da relatoria com base em questionários aplicados aos participantes.

RESULTADOS

Os resultados incluem o relato completo do projeto desenvolvido durante um semestre inteiro em duas disciplinas do curso de administração, "Direito Internacional" e "*International Law Applied to Business*". Uma digressão se faz relevante neste ponto: as disciplinas de direito não são consideradas essenciais no curso de administração. Mais ainda, essas disciplinas são optativas, o que representa um desafio ainda maior de integração delas no conteúdo do curso. É nesse sentido que se coloca a importância de que elas, por um lado, levantem temas atuais e de relevância social, mas também mostrem sua integração com os objetivos dos futuros administradores. Esse é o desafio enfrentado por todos os profissionais da área jurídica lecionando em cursos não jurídicos. Tornar o assunto significativo para alunos que não estão interessados, ao menos inicialmente, em conhecerem fundamentos jurídicos que serão de grande importância para a vida profissional como gestores de empresas.

Os resultados, portanto, mostram as etapas da realização do trabalho: a) a realização da pesquisa pelos alunos do curso de administração, entre brasileiros e estrangeiros, gerando duas produções, um texto mais detalhado e um pôster para apresentação dos resultados de cada país pesquisado; b) a realização de um evento, com uma dinâmica introdutória, a exposição dos pôsteres e uma mesa-redonda; c) a composição de um e-book, com o conteúdo da pesquisa e das apresentações da mesa-redonda, a ser lançado em um novo evento, adiado em razão da pandemia de Covid-19.

Produção do material bibliográfico

A pesquisa inicial, realizada pela docente responsável pela disciplina e pelas monitoras, autoras deste trabalho, foi necessária para estabelecer os países que seriam trabalhados pelos alunos.

Na disciplina ministrada em português, Direito Internacional, a seleção dos países se baseou nas informações sobre refugiados que se dirigem ao Brasil, obtidas na Plataforma Interativa Reconhecimento da Condição de Refugiado no Brasil (ACNUR, 2019b). Foram selecionadas as 15 nacionalidades com maior quantidade de pessoas que solicitaram refúgio ao Brasil nos últimos anos. Os alunos foram divididos em duplas e cada uma delas escolheu um país da lista para desenvolver o trabalho. As nacionalidades estudadas em português foram: Senegal, Venezuela, Haiti, Síria, Angola, Cuba, China, República Democrática do Congo, Bangladesh, Nigéria, Paquistão, Líbano.

Na disciplina ministrada em inglês, *International Law Applied to Business*, os alunos escolheram as nacionalidades por afinidade própria, em regra seus países de origem (ou de sua ascendência, já que também havia brasileiros cursando), e buscaram informações sobre a situação dos refugiados nesses Estados. Os países estudados foram: Brasil, Peru, França, Alemanha, Argentina, Itália, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Canadá, Chile, Suécia, Portugal.

Após escolhido o Estado a ser trabalhado, as duplas deveriam estudar a fundo a situação do refúgio. No caso da disciplina em português, o objetivo era buscar a origem do conflito que justificava o pedido de refúgio. Foram desenvolvidos aspectos históricos, além de buscados dados demográficos desses Estados. Na disciplina em inglês, a intenção era desenhar o panorama dos refugiados que se dirigiam àquele Estado, buscando informações sobre os grupos que mais se dirigiam para lá, a motivação bem como sobre a existência de políticas públicas direcionadas ao acolhimento dessas pessoas.

Ao final da pesquisa, os alunos produziram um relatório circunstanciado dos achados das pesquisas, de modo que a reunião desses textos compõe um panorama da situação de refúgio

no Brasil e nos Estados Unidos. A partir desses textos, os alunos foram estimulados a produzir um resumo para ser apresentado em um pôster. Os textos finais, tanto do relatório quanto dos pôsteres, foram apresentados parte em português e parte em inglês, a depender da disciplina.

Para a maior parte dos alunos, foi a primeira vez que produziram um pôster em formato científico. Sendo assim, o evento contribuiu também para a formação acadêmico-científica dos alunos, que foram levados a cumprir com requisitos fundamentais para que seu trabalho estivesse ajustado às normas definidas.

O panorama desenhado ao final da disciplina, portanto, apresenta as informações de nacionais de 12 Estados que se encontram refugiados no Brasil e de outros 13 estados (incluindo o Brasil) que recebem pessoas solicitantes de refúgio.

Os textos dos relatórios e dos pôsteres foram avaliados como requisito para aprovação na disciplina. Os pôsteres contaram com avaliação online dos participantes do evento realizado. O formulário era acessado a partir de um QR-Code impresso nos pôsteres. Os participantes do evento foram convidados a avaliar tanto os pôsteres quanto a apresentação dos alunos e as notas atribuídas fizeram parte da nota final da disciplina, com um peso menor.

Detalhamento do evento realizado

No dia 20 de novembro de 2019, foi realizado o Seminário “Todo mundo já foi refugiado um dia: reflexões sobre a crise migratória e a Agenda 2030 da ONU” (CARDOSO, 2019), como parte das disciplinas optativas Direito Internacional e *Internacional Law Applied to Business* da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP. A programação do evento incluiu uma dinâmica para recepção dos participantes, uma instalação interativa, a mostra dos pôsteres e uma mesa-redonda, conforme detalhado a seguir.

A realização do evento se baseou na exibição interativa “Forced from Home”, do programa Médico Sem Fronteiras, em que os visitantes podem vivenciar e se envolver mais profundamente com histórias e experiências dos refugiados. O objetivo da exibição é educar o público acerca da crise global de refugiados, além de trazer compreensão mais profunda da perigosa jornada de quem foi forçado a sair de casa e da assistência humanitária prestada pelo Médicos Sem Fronteiras.

Forced From Home é uma exposição educacional gratuita, interativa e ao ar livre apresentada pela Doctors Without Borders para conscientizar o público sobre a experiência dos mais de 68,5 milhões de refugiados e deslocados internos do mundo (FORCED From Home, 2017).

Os visitantes são expostos a um passeio imersivo em que aproximam-se da realidade vivenciada pelas milhares de pessoas deslocadas pela violência e por extrema dificuldade em todo o mundo. A imersão inclui uma realidade virtual e vídeos em 360 graus que levam o público para presenciar cenas da vida dos refugiados em campos e comunidades espalhadas pelo mundo.

O “Forced From Home” foi projetado com o intuito de aumentar a conscientização do público em geral da situação dos refugiados em todo mundo, os motivos que os levaram a abandonar suas casas, a violência e dificuldades pelas quais passam no decorrer dessa longa jornada, além de, segundo os médicos integrantes do programa dar “oportunidade de falar em nome de muitos pacientes em todo o mundo que podem não ter um meio de falar por si mesmos” (FORCED From Home, 2017).

A recepção dos participantes do evento sugeriu uma imersão que os prepararia para o tema que seria abordado. Com inspiração no programa do “Médicos sem fronteiras”, foi proposta uma dinâmica aos participantes que ocorreu em forma de circuito, para simular a travessia dos refugiados e fazer os participantes vivenciarem a realidade enfrentada pelas pessoas que decidem fugir de seu país de origem. As etapas estão descritas a seguir:

A Travessia

A primeira parte da dinâmica simulou a preparação para a travessia dos refugiados. Nela, os "participantes-viajantes" precisaram escolher os recursos e bens, dispostos na forma de cartões que representavam cada um desses elementos, já que não foi possível trazer os elementos na realidade, apesar de desejável. Esses cartões simbolizam os objetos que poderiam ser levados durante a viagem. Entre os diversos *tradeoffs* a que são expostos no momento da escolha, os "participantes-viajantes" ainda tiveram que lidar com a limitação de tempo e espaço, assim como as pessoas que decidem sair de seus países. As viagens, na maior parte das vezes, são feitas às pressas e os coitotes, como são chamadas as pessoas que oferecem as travessias, permitem que cada pessoa leve apenas uma mochila de costas. O tempo de planejamento é muito curto e os limites de bagagem são grandes para quem vai se submeter a vários quilômetros de viagem a pé e em embarcações precárias.

A pesquisa de dados para compor a dinâmica teve como base entrevistas feitas pelo G1 Notícias (2015) e pelo The Guardian (KINGSLEYS, 2019), jornal diário britânico, entre outros, que promoveram o assunto acerca dos refugiados mostrando os relatos de viagem dessas pessoas, as adversidades enfrentadas por elas e o que a maioria delas levava em suas bagagens. A partir dessas entrevistas, foram coletados os principais itens levados durante as travessias e suas respectivas finalidades.

A identificação dos objetos e sua importância para o momento da travessia foi de grande importância para a realização da dinâmica promovida no evento, uma vez que a maior parte dos participantes não compreendem ou não conhecem a importância e funcionalidade desses objetos e acabavam deixando de escolhê-los no momento da imersão. A escolha desses objetos pelos refugiados, da vida real, representa sua sobrevivência física e emocional, durante as longas travessias e adaptação no local de chegada.

Abaixo, a Tabela 1 apresenta os objetos que foram mais mencionados nas entrevistas com refugiados e que foram apresentados nos cartões da dinâmica, com a sua finalidade (GOMIERO, 2016; KINGSLEYS, 2019). Aos participantes, não foi apresentada a finalidade de cada item no momento da escolha. Foram apenas disponibilizados cartões com os nomes dos objetos e a quantidade deles.

Tabela 1 - Principais objetivos levados por refugiados durante travessia

Recursos/Bens	Finalidade
água	hidratação
alimentos	nutrição
pomada de queimaduras	queimaduras de até 2º grau causadas pelo sol
protetor solar	proteção contra longa exposição ao sol
limão	prevenção de enjoo durante travessia marítima
talco	prevenção de feridas causadas pela humidade
colete salva vidas	proteção em caso de naufrágio
documentos	legalização e emprego no país de chegada
sacos plásticos	proteção dos documentos

objetos de valor sentimental	amparo psicológico e sentimental aos refugiados
------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

A realização da dinâmica evidenciou que a maior parte dos "participantes-viajantes" sobreviveria por pouco tempo e com grande dificuldade, em razão de suas escolhas. Justamente por não estarem adaptados a essa difícil realidade, deixaram de escolher objetos cruciais para sua sobrevivência. Mas eles só tomam conhecimento disso após passarem pela apresentação do vídeo em que foram explicadas todas essas questões.

A embarcação

Após escolherem os cartões, os "participantes-viajantes" se dirigiram à "embarcação" como se fossem um refugiado. A intenção inicial era realmente disponibilizar um bote, semelhante ao que é utilizado nessas travessias feitas pelo Mediterrâneo. Diante da impossibilidade de contar com esse equipamento, foi desenhado no chão um espaço delimitado, simulando o espaço de uma embarcação, com o objetivo de vivenciar, ainda que de maneira pouco fiel, a dificuldade de permanecer em um barco com lotação máxima.

Dentro da "embarcação", com os cartões escolhidos em mãos, a fim de gerar alguma imersão no contexto de refugiados em uma travessia em alto mar, os "participantes-viajantes" assistiram a um vídeo, material audiovisual totalmente produzido por estes autores. O vídeo, com cerca de 3 minutos, mostrava quais os recursos mais utilizados pelos refugiados durante a travessia, a finalidade de cada um deles e as respectivas quantidades para a sobrevivência durante a viagem, que pode durar entre 10-20 dias. A segunda parte do vídeo explicava a importância dos objetos de valor sentimental, algo recorrente na mala dos refugiados, conforme a pesquisa realizada para a produção. Ao deixar tudo para trás, essas pessoas precisam de pelo menos algum objeto que remeta às lembranças mais felizes de sua história que, no momento da fuga, ficou para trás, se perdeu ou foi destruído, no caso de países em guerra. Uma música de fundo criava um clima de tensão e relatos de refugiados encontrados nas redes foram lidos, para ilustrar a situação.

Através da imersão, é possível evidenciar o quão difícil são as travessias, o quão difícil é o preparo para elas, e as escolhas muitas vezes impossíveis que essas pessoas são levadas a fazer na vida real. O intuito era criar o clima da travessia, levar o participante a refletir sobre a realidade e a pensar sobre quanto tempo ele mesmo sobreviveria com os recursos escolhidos.

O intuito, nas duas primeiras partes da dinâmica, é deixar o "participante-viajante" incomodado e desconfortável com a situação, e os levá-los a refletir sobre conceitos, muitas vezes pré-concebidos, que traziam consigo sobre os refugiados antes da imersão. Não só isso, a dinâmica propôs que os participantes se colocassem no lugar dessas pessoas, para entenderem seus motivos e suas lutas, instigando-os a enxergar a realidade sob a ótica de um refugiado.

A terceira e última parte do vídeo, indagava os "participantes-viajantes" sobre sua ascendência, levando-os a refletir se em algum momento de sua história já não foram refugiados.

O mapa mundi: Todos somos refugiados

Após assistirem ao vídeo, os participantes foram convidados a se dirigir até um quadro preparado com o mapa mundi e marcar com dois pinos ligados por um barbante, o local de origem de sua ascendência e o país onde residem atualmente.

O intuito desta parte da dinâmica era evidenciar justamente que todos já fomos refugiados, em alguma medida, criando um ponto em comum entre os participantes e os milhões de refugiados no mundo, referindo-se ao fato de que as famílias de que descendem os "participantes-viajantes" deixaram, em algum momento, seu país de origem, suas casas e vieram para o Brasil - ou para outros países, no caso dos alunos estrangeiros.

Dessa forma, os "participantes-viajantes" foram levados a entender, por uma perspectiva completamente nova, a história, as razões e as dificuldades dos refugiados, além de questionar conceitos de direito internacional e de migrações envolvidos na temática, os

quais foram debatidos em seguida, na Mesa-Redonda.

Ao final da dinâmica, os participantes demonstravam estar bastante impactados e curiosos para visitar os pôsteres e ouvir as especialistas na mesa-redonda. Devido à quantidade de participantes do evento, a dinâmica foi realizada mais de uma vez, em grupos de, no máximo, 15 pessoas e sempre como uma etapa de acesso ao espaço físico onde estavam expostos os trabalhos, que faziam uma intermediação entre o espaço da entrada, onde estava preparada a dinâmica, e o auditório. O evento foi realizado no auditório do Instituto de Estudos Avançados, polo de Ribeirão Preto (IEA-RP).

A Mesa Redonda

Após a imersão, os participantes foram convidados a se sentarem para a mesa-redonda composta por duas especialistas. A abertura trouxe os aspectos da Agenda 2030 da ONU, com um representante do PRME. Na sequência, veio a fala da Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Soares Carneiro, vinculada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, especialista em estudos migratórios, e da jornalista Géssica Brandino, especializada em jornalismo internacional e autora do blog "Caminhos do Refúgio" (BRANDINO, 2014). Os "participantes-viajantes" puderam refletir teoricamente sobre os aspectos práticos vivenciados na dinâmica proposta.

Ao final do evento, as especialistas foram convidadas pela equipe do IEA-RP para gravarem uma entrevista para o USP Analisa (CARDOSO, 2019b), um programa de rádio do IEA sobre assuntos relevantes discutidos pela comunidade acadêmica. Isso demonstra a relevância do tema e a diversidade de material que pode ser produzido a partir de uma única ideia, que integra ao mesmo tempo e de forma muito coesa os pilares fundamentais da universidade pública: ensino - pesquisa - extensão.

Detalhamento do e-book

Ao término do evento, dada a relevância apontada pelos participantes e no intuito de que mais pessoas possam ter acesso à discussão, decidiu-se compilar todos os textos produzidos pelos alunos e mais o conteúdo das palestras em um e-book. O leitor é levado a refletir, sob um amplo espectro de dados, que a fuga da região de origem é a melhor, senão a única, alternativa para a sobrevivência.

O livro pretende desmistificar e democratizar o conhecimento acadêmico sobre Direito Internacional e sobre a temática central que é a Crise de Refugiados. Sendo assim, através de uma ferramenta facilmente acessível, busca-se a popularização desses assuntos pouco tratados na sociedade e que impactam toda população, já que cada vez mais o Brasil se torna ponto de atração para populações refugiadas.

CONCLUSÕES

A aprendizagem integrada e transformadora, trazida pelo estudo sobre a crise dos refugiados através da dinâmica imersiva e de discussões sob a perspectiva do Direito Internacional, impacta a formação dos egressos que estarão cada vez mais expostos à internacionalização dos negócios e precisam, sem dúvida, dominar de forma ampla e profunda todas as questões que envolvem os estrangeiros dentro da estrutura organizacional e empregatícia das empresas.

Além de corroborar ativamente para a formação de gestores engajados com questões sociais, o tema constitui um dos tópicos que tem mobilizado fortemente os negócios: a responsabilidade social de empresas, que vem sendo cada vez mais reivindicada pela sociedade. As empresas, no contexto atual, são chamadas a implementar ações sociais que resultem na construção de uma sociedade mais igualitária e mais inclusiva, levando em consideração toda a comunidade, sem, contudo, prejudicar a lucratividade do negócio.

Desta forma, a contribuição deste trabalho é conferir habilidades e conhecimento suficientes sobre os refugiados, de forma que os gestores estejam aptos a tomar decisões inteligentes sobre a responsabilidade social e ainda a contribuir com a lucratividade da empresa. Algumas habilidades e conhecimentos notadamente foram aprimorados através da imersão ocorrida no evento: proporcionar aos alunos empatia e engajamento com relação à

situação de vulnerabilidade dessas pessoas e compreender os trâmites legais que envolvem a situação geral e empregatícia dos refugiados, trazidas pelas discussões que se seguiram na programação.

Dessarte, os egressos foram expostos a uma gama completa de informações necessárias para a tomada de decisão dentro da empresa ao empregar, por exemplo, a mão de obra estrangeira, progressivamente recorrente na sociedade brasileira. A iniciativa desse evento colabora com a promoção dos valores da iniciativa PRME, do qual a FEA-RP faz parte, trazendo discussões essenciais para as ações institucionais. Um gestor que tenha tido contato com essas informações sabe da possibilidade de contratar refugiados como uma forma de gerar diversidade dentro da empresa, além de cumprir com a responsabilidade social.

Além de todo o aspecto relacionado à formação dos egressos do curso de administração, também é notável o aspecto didático desse tipo de iniciativa metodológica. O evento descrito aqui promoveu o ensino de uma forma dinâmica, já que foi projetado e realizado durante um semestre inteiro; incluiu o aspecto de pesquisa, realizada pelos monitores da disciplina e pelos alunos, publicada no e-book; atingiu a extensão, com a realização do evento para a comunidade que lá esteve presencialmente e que ouviu ao programa de rádio produzido em seguida. O tripé da universidade pública foi integralmente alcançado por meio da atividade aqui descrita.

Partiu-se do pressuposto de que “Todos somos refugiados” para estabelecer um ponto em comum com os mais de 70 milhões de pessoas em situação de refúgio no mundo, de modo a colaborar para o acolhimento delas. É imprescindível que as discussões acadêmicas acerca de temas específicos, como o Direito Internacional, se disseminem ao público geral por iniciativas semelhantes a esta e se expandam pelo território nacional de forma desmistificada, com o intuito de que políticas públicas sejam formuladas e postas em prática de forma eficiente em se tratando de refugiados.

Buscou-se por este trabalho entender os motivos, não olhando apenas para o conflito que desencadeou a fuga de pessoas, mas olhando de forma minuciosa para o contexto histórico intrinsecamente ligado ao momento atual, no sentido de que, decisões e fatos ocorridos no passado se refletem na atualidade de maneira a moldá-la em suas formas contemporâneas.

Para compreender toda a dimensão que a crise de refugiados envolve, o fluxo migratório não pode ser analisado apenas em sua esfera contemporânea, mas precisa ser entendido dentro de um contexto histórico-cultural. Esse contexto aponta para a responsabilidade histórica de nações que hoje são as principais rotas de refúgio. A profundidade de tais desdobramentos não cabe nas linhas desta análise e fica a cargo de futuras pesquisas.

Referências

- ACNUR. Governo e ACNUR lançam relatório Refúgio em Números e Plataforma Interativa sobre Reconhecimento da Condição de Refugiado no Brasil. **ACNUR**. 25 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/25/governo-e-acnur-lancam-relatorio-refugio-em-numeros-e-plataforma-interativa-sobre-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-no-brasil/>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ACNUR. Projeto de Cooperação para Análise das Decisões de Refúgio no Brasil. **ACNUR**, nov. 2019b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDZlNC04YTBlTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOj9h9>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ACNUR. Refugiados e o mercado de trabalho. **ACNUR**, nov. de 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/11/14/profissionais-refugiados-e-o-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 03 out. 2020.
- BORDIN, Danielle Pasqualotto; PASQUALOTTO, Nayara. A importância da Responsabilidade Social Empresarial para a sustentabilidade e o papel do Marketing Social. **Revista Capital Científico**, v. 11, n. 2, mai. de 2013.
- BRANDINO, Géssica. **Caminhos do Refúgio**. São Paulo, Blog, 2014. Disponível em: <https://caminhosdorefugio.com.br/>. Acesso em 30 de fev.2021.
- CARDOSO, Thais. Situação de refugiados é tema de evento em Ribeirão Preto. **Notícias**. Instituto de Estudos Avançados, Ribeirão Preto, 08/11/2019. Disponível em:

- <http://www.iea.usp.br/noticias/situacao-de-refugiados-e-tema-de-evento-em-ribeirao-preto>. Acesso em 30 de fev.2021.
- CARDOSO, Thais. Desinformação sobre refugiados é principal causa de preconceito. **USP Analisa**. Instituto de Estudos Avançados, Ribeirão Preto, 18/12/2019b. Disponível em: <https://sites.usp.br/iearp/desinformacao-sobre-refugiados-e-principal-cao-de-preconceito/>. Acesso em 30 de fev.2021.
- CLOSS, Lisiane Quadrado; ANTONELLO, Claudia Simone. Teoria da aprendizagem transformadora: contribuições para uma educação gerencial voltada para a sustentabilidade. **Gestão Humana e Social**. São Paulo, RAM - Rev. Adm. Mackenzie, v. 15, n. 3, p. 221-252, Jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de set. 2020.
- CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. **Refúgio em Números**. 4.ed. Brasília, Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, 23 jul. 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.
- DE SALES, Juliana Bastos. **Atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro Diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense**. 2019. Dissertação (apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção de Grau de Mestre) - Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019, p. 31-55. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28584/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20JBS.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- FORCED from home. **2018 Exhibition and tour**. What is Forced From Home? Doctors Without Borders, Nova Iorque, 2017. Disponível em: <https://www.forcedfromhome.com/about/>. Acesso em: 07 out. 2019.
- FOULKES, Imogen. ONU: número de refugiados é maior desde a Segunda Guerra Mundial. **BBC News Brasil**, Genebra, 20 jun. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb. Acesso em: 08 jul. 2020.
- G1. Fotos mostram o que imigrantes que chegam à Grécia levam nas mochilas. **G1 Notícias**, São Paulo, 17 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/fotos-mostram-o-que-imigrantes-que-chegam-grecia-levam-nas-mochilas.html>. Acesso em: 27 out. 2019.
- GIL, Ana Rita. The European Charter of Fundamental Rights and the Migratory Crisis: The Rights of Persons in need for International Protection put to the test. **e-Pública**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 25-41, jul. 2018. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2018000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2019.
- GOMARASCA, Paolo. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. **Dossiê: "Dilemas éticos das migrações"**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 25, n. 50, p. 11-24, ago 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852017000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2019.
- GOMIERO, Aline. O que os refugiados levam em suas malas?. Série fotográfica revela o que os refugiados carregam no momento da fuga. **Cláudia Abril Notícias**, São Paulo, 28 out. 2016. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/o-que-os-refugiados-levam-em-suas-malas/>. Acesso em: 27 out. 2019.
- HORNEAUX JUNIOR, Flavio; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. Gestão responsável: responsabilidade, ética e sustentabilidade a partir do Principles for Responsible Management Education (PRME). **Organicom**. v. 14, n. 27, p. 171-185. Dez. de 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/144120/138792>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- KINGSLEYS, Patrick; DIAB, Sima. Passport, lifejacket, lemons: what Syrian refugee pack for the crossing to Europe. **The Guardian**, Londres, Disponível em: https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2015/sep/04/syrian-refugees-pack-for-the-crossing-to-europe-crisis?CMP=fb_gu. Acesso em: 27 out. 2019.
- MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Immigration, refugee and health: sociocultural analysis in perspective. **Saúde Soc**. São Paulo, v.27, n.1, p.26-36, 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2018.v27n1/26-36/>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- ONU. A Carta das Nações Unidas. **Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 07 Jul. 2020.
- ONU. ACNUR: 5 dados sobre refugiados que você precisa conhecer. **Nações Unidas**. 09 Abr. 2019.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-5-dados-sobre-refugiados-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

- ONU. Organização das Nações Unidas. **16 Paz, Justiça e Instituições eficazes**. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>. Acesso em: 07 out. 2019.
- POGATCHNIK, Shawn. Veja o que os refugiados levam consigo durante travessia para Europa. **Notícias UOL**. 03 set. 2015. Traduzido por Luiz Roberto Mendes Gonçalves. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/09/03/o-que-os-refugiados-levam-para-a-europa.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.
- PRME. **The Principles for Responsible Management Education**, 2007. Disponível em: <http://prmebrazil.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2020.
- SCHROEDER, Jocimari Tres; SCHROEDER, Ivanir. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE electron.**, São Paulo, v. 3, n. 1, Junho 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482004000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 out.2020.
- SCHUTEL, Soraia. **Aprendizagem transformadora para o desenvolvimento sustentável futuro: estudo de casos em cursos de administração no Canadá e no Brasil**. 274 f. 2015. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SILVA JR, Eraldo. Direito internacional dos refugiados no século XXI: desafios ao Estado brasileiro. **Rev. secr. Trib. perm. revis.**, Asunción, v. 5, n. 10, p. 196-215, Oct. 2017. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872017001000196&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 nov. 2019.
- SILVA, D. F. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 163-170, 23 ago. 2017.
- TONUS, José Leonardo. Migrantes e refugiados: à (a) espera de uma narrativa?. **Let. Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 4, p. 476-483, Oct. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-77262018000400476&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2020.
- VIANA, André Rego. Refugiados no mercado de trabalho brasileiro. **A mediação do refúgio no Brasil (2010-2018)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 86-105, jun. de 2020.

Artigo – Seção Administração Brasileira

Parque tecnológico: compilação de 20 anos de estudos para fornecer orientações para uma agenda de pesquisa

Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas Ferreira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Bárbara Gabrielle Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Uajará Pessoa Araújo

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma agenda de pesquisa para parques tecnológicos brasileiros. Para isso, utilizou-se métodos bibliométricos e a estratégia de pesquisa documental em 93 artigos dos últimos 20 anos. Este trabalho possui caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa. Com essa pesquisa pode-se analisar trabalhos empíricos aplicados em três parques tecnológicos a fim de identificar quais autores, instituições, revistas e congressos que mais destacam na produção científica. Constatou-se ainda que no estudo de parques tecnológicos há forte presença do conceito inovação, sendo isso verificado por meio do levantamento das palavras-chaves. Na revisão teórica verificou-se que os modelos mais utilizados são o do Conhecimento e do Mercado nas perspectivas da teoria de redes, símbolo/cultura, teoria da dependência de recursos, teoria do custo de transação e teoria da firma. Como agenda de pesquisa propõe-se a utilização de modelos interpretativos de análise organizacional voltados para a racionalidade, justiça e poder.

Palavras-chave: Teorias organizacionais. Parque tecnológico. Bibliometria.

ABSTRACT

The objective of this article is to propose a research agenda for Brazilian technology parks. To do so, bibliometric methods and documentary research strategy were used in 93 articles in the last 20 years. This work has a descriptive character with a quali-quantitative approach. With this research it is possible to analyze empirical works applied in three technological parks in order to identify which authors, institutions, journals and congresses stand out in scientific production. It was also found that in the study of technology parks there is a strong presence of the concept of innovation, and this is verified through the survey of keywords. In the theoretical review it was verified that the models most used are Knowledge and Market in the perspectives of network theory, symbol/culture, resource dependency theory, transaction cost theory and firm theory. As a research agenda, the use of interpretive models of organizational analysis related to rationality, justice and power is proposed.

Keywords: Organizational theories. Technology Park. Bibliometry.

INTRODUÇÃO

Os parques tecnológicos presentes em ambientes de inovação são instrumentos implantados com o intuito de “dinamizar economias regionais e nacionais, agregando-lhes conteúdo de conhecimento. Com isso essas economias tornam-se mais competitivas no cenário internacional e geram empregos de qualidade, bem-estar social, além de impostos” (Steiner, Cassim & Robazzi, 2013). Os parques são uma exigência estratégica para fomentar o desenvolvimento científico e técnico e modernizar a indústria como um todo (Couson, 1997).

Nesse sentido, faz-se importante estudar esse arranjo que pode ser considerado um mecanismo de incentivo ao desenvolvimento da região. Corroborando com a necessidade de estudar parques tecnológicos, Noce (2002) discorre que é preciso estudar os parques que estão surgindo no Brasil a fim de desenvolver bases para uma metodologia condizente com a conjuntura brasileira. Portanto, os estudos nessa área estão em fase inicial e ainda não é um campo temático consolidado, sendo que esse trabalho busca contribuir para construção e discussão desse tema.

Outras pesquisas a respeito de parques tecnológicos já foram publicadas. Destaca-se os estudos de Hora e Amaral (2018) que realizaram uma bibliometria em artigos nacionais e internacionais a respeito dos parques tecnológicos. Esse artigo diverge pelo fato de focar a análise em três parques tecnológicos brasileiros, bem como pelo fato de realizar uma revisão das teorias aplicadas e analisar os assuntos dos artigos por meio do levantamento das palavras-chaves mais recorrentes na amostra.

Em vista da relevância da temática, esse artigo busca responder ao seguinte questionamento de pesquisa: A partir do perfil dos artigos empíricos com o arranjo parques tecnológicos presentes no repositório Google Acadêmico dos últimos 20 anos, qual agenda de pesquisa para parques tecnológicos brasileiros se pode propor?

Logo, a partir dos dados disponíveis no site Google Acadêmico, realizou-se um estudo bibliométrico a fim de analisar a produção científica sobre esse arranjo, mais especificamente, o Parque Tecnológico em São José dos Campos, o parque Porto Digital em Recife e TecnoPuc em Porto Alegre.

Portanto, o objetivo deste artigo é propor uma agenda de pesquisa para parques tecnológicos brasileiros. Para isso, analisou-se artigos empíricos no arranjo parque tecnológico, disponíveis no Google Acadêmico no período de 1998 a 2018. Devidos aos critérios utilizados nessa pesquisa só foram encontrados artigos a partir de 2002.

Como objetivos específicos, o artigo buscou: discutir modelos interpretativos de análise organizacional e parques tecnológicos; apresentar três parques tecnológicos brasileiros como objetos de estudo: Porto Digital, São José dos Campo e TecnoPuc; realizar uma pesquisa bibliométrica em relação a teorias e conceitos que dão suporte aos parques tecnológicos.

Esse artigo está estruturado em cinco partes. A primeira trata-se da introdução na qual apresenta o objetivo deste estudo e sua contextualização. A segunda parte refere-se à fundamentação teórica baseada na literatura a respeito das teorias organizacionais seguida pela conceituação de parque tecnológico em geral e depois especificando na caracterização de três parques. Na terceira parte, apresentam-se os métodos de pesquisa. Na quarta há a análise dos resultados. E, por fim, expõe-se as conclusões desse estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica há uma explanação a respeito das teorias organizacionais contemporâneas de Clegg et al. (2010). Os autores agrupam as teorias que suportam as análises organizacionais em 6 modelos interpretativos: racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento e justiça. Em seguida, apresenta-se a conceituação de parque tecnológico e, posteriormente, caracteriza-se os parques Porto Digital, São José dos Campo e TecnoPuc.B

Modelos interpretativos de análise organizacional

A criação de uma teoria “está voltada para a construção e mobilização de recursos,

ideias, materiais institucionais para legitimar certos conhecimentos e projetos políticos que deles derivam” (Clegg et al., 2010, p. 64) De modo geral, a teorização organizacional contemporânea encontra-se em um contexto histórico e questiona as “certezas” ideológicas e “remendos” técnicos que davam suporte às teorizações anteriores.

Clegg et al. (2010) formularam um quadro expondo os modelos interpretativos de análise organizacional considerando as inter-relações dos fatores processuais e contextuais. Segue o quadro elaborado pelos autores com pequenas adaptações:

Quadro 1. *Narrativas analíticas em análise organizacional*

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/exemplos	Transições contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol, Simon	<i>de</i> Estado guardanoturno <i>a</i> Estado industrial
Integração	Consenso	Relações Humanas, neo-RH, funcionalismo, teoria da contingência, teoria sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Bernard, Mayo, Parsons	<i>de</i> capitalismo empresarial <i>a</i> capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, Teoria Organizacional liberal	<i>de</i> capitalismo gerencial <i>a</i> capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos neo-radicais, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	<i>de</i> coletivismo liberal <i>a</i> corporativismo negociado
Conhecimento	Controle	Etnométrico, símbolo, cultura, pós-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista, Foucault Garfinkel, teoria do ator rede	<i>de</i> industrialismo/modernidade <i>a</i> pós-industrialismo/ pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	<i>de</i> democracia repressiva <i>a</i> democracia participativa

Fonte: Elaborado pelos autores.

O modelo de metanarrativa interpretativa denominado Racionalismo baseia-se na crença da naturalidade do raciocínio calculado e na “lógica da organização” em que o poder está associado à capacidade técnica e sua contribuição para o funcionamento da sociedade. Essas crenças são refletidas, principalmente, nos trabalhos de Taylor (1912), Fayol (1949), Urwick e Brech (1947), Brech (1948) e Simon (1947). Nesse sentido, a organização por meio do desenho e gerenciamento bem como manipulação de comportamento garante o “avanço material, progresso social e ordem social nas sociedades industriais modernas” (Clegg et al., 2010, p. 69)

Diferentemente, o modelo da Integração concebe a organização como um sistema social que facilita a integração de indivíduos dentro da civilização industrial moderna bem como busca o equilíbrio diante da dinamicidade do meio ambiente. As principais análises organizacionais são a respeito do funcionalismo estrutural, teoria dos sistemas e teoria da contingência. Há ainda as teorias organizacionais baseadas no mercado na qual entende a

organização como uma “resposta automática e um preço razoável a ser pago pela necessidade de se dispor de agentes econômicos formalmente livres e iguais e monitorar contratos em meio a transações complexas de mercado” (Clegg et al., 2010, p. 73), sendo o determinismo ambiental bastante presente. A análise dos custos de transação, ecologia populacional e teoria liberal das organizações são exemplos de teorias baseadas em mercado.

O modelo de Poder fundamenta-se na sociologia de dominação e análise da burocracia segundo Weber, sendo complementada, especialmente, pelas ideias de Maquiavel e Foucault. As abordagens baseadas em Weber enfatizam o caráter relacional do poder, priorizando as formas institucionais e mecanismos de poder, já Maquiavel e Foucault adotam uma abordagem mais processual concentrado nos processos micropolíticos.

Diferentemente, o modelo baseado em conhecimento foca na análise de mecanismos técnicos e culturais como regulação do comportamento social. Por fim, o modelo baseado na Justiça, foca na análise das formas institucionais e das questões analíticas e normativas da organização bem como levantam questionamentos sobre os tipos de controle corporativo e suas bases de julgamento e dá ênfase do novo institucionalismo” (Clegg et al., 2010).

Parques tecnológicos brasileiros

Noce (2002) alerta para a ausência de clareza nas terminologias referentes aos espaços de inovação e defende que isso acontece devido a recenticidade e semelhança de objetivos. O uso de terminologias como espaços para a inovação, incubadoras de empresas, núcleos de inovação tecnológica, polos tecnológicos, parques tecnológicos e centros de modernização tecnológica como sinônimas causam uma confusão quanto ao emprego das terminologias, que não é uma particularidade do Brasil. O autor também aponta o caráter imobiliário dos parques tecnológicos:

De maneira geral, os parques tecnológicos podem ser definidos como um empreendimento imobiliário que, através da interação com diversos atores, estimulam a inovação tecnológica por meio do abrigo de projetos e empresas intensivas em conhecimento. Possui infraestrutura física e, normalmente, está instalado bem próximo às instituições de ensino ou centros de pesquisa. Além disso, tem uma estrutura organizacional formal, espaço disponível para a instalação de empresas nascentes, ou seja, uma incubadora de empresas, e toda infraestrutura de serviços para uso dos empreendedores residentes ou virtuais (Noce, 2002, p. 39).

Os parques tecnológicos presentes em ambientes de inovação são instrumentos implantados com o intuito de dinamizar a economia por meio do conhecimento. Com isso essas economias tornam-se mais competitivas no cenário internacional e geram empregos, bem-estar social, impostos. Os parques geralmente próximos a universidades e centros de pesquisa que transferem conhecimento e fornece mão de obra qualificada. (Steiner, Cassin & Robazzi, 2013) Embora haja diversas terminologias e definições, todos os parques convergem no sentido de que “produzem produtos de alta tecnologia e serviços, fornecendo oportunidades de cooperação institucional entre a universidade, a indústria e o Governo”. (Giugliani, 2011, p. 60)

O parque tecnológico Porto Digital foi criado em 2000 com um intuito de criar uma política pública para desenvolver o setor de tecnologia da informação de Pernambuco. Sua criação foi possível devido ao investimento de R\$ 33 milhões do governo estadual, R\$ 1 milhão de empresas de telecomunicações e R\$ 10 milhões de empresas privadas, conforme seu site eletrônico. Correia e Gomes (2013) ao caracterizar o Porto Digital salientam que é resultado do esforço coletivo para inserir a indústria de tecnologia da informação e da comunicação (TIC) na matriz econômica de Pernambuco, sendo um ativo economicamente importante bem como preocupado com as tendências no mercado de software. Esse parque é um arranjo formado por empresas de tecnologia com elevado grau de inovação, sendo que isso permite acessar novos mercados, ganhar escala e produtividade e enfrentar a competitividade de empresas de diversas partes do país e do mundo.

O Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc) estimula a pesquisa e a inovação através de uma ação simultânea entre universidade, empresa e governo. Localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul nas cidades de Porto Alegre e Viamão. Tem a missão de “ser

um ecossistema de inovação vetor de transformação da Universidade e da sociedade”. Esse parque abriga mais de 150 organizações com mais de 6,5 mil postos de trabalho e foca em quatro áreas de atuação: tecnologia da informação e comunicação, energia e meio ambiente, ciências da vida e indústria criativa, de acordo com seu site eletrônico. O TECNOPUC intermedia as relações entre a universidade e as empresas, governo, entidades e incubadoras. “É uma estrutura de apoio às atividades de inovação e empreendedorismo, que faz parte de uma concepção da universidade em investir na pesquisa, em talentos e na interação com a sociedade” (Ferreira, Soria & Closs, 2012, p. 79). Valorizando, assim, a parceria das empresas com os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da universidade.

O Parque Tecnológico São José dos Campos (PqTec) possui a missão de “promover ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo, visando ao desenvolvimento competitivo e saudável das instituições vinculadas”. É um ambiente de estímulo à cooperação entre universidade, empresa, governo e sociedade na realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme seu site eletrônico. Em 2010, PqTec se credenciou no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, já em 2016 incorporou o Centro para Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista, tornando o maior complexo de inovação e empreendedorismo do País. Localiza-se no Estado de São Paulo na cidade de São José dos Campos, com uma área de Zona Especial de 25 milhões de m² e área de instalação de 188 mil m². Atualmente, há mais de 300 empresas vinculadas, conforme seu site eletrônico. Esse parque fundamenta-se em três pilares: as Empresas-Âncora, os Centros Empresariais e as universidades. O primeiro pilar inclui as grandes empresas e seus Centros de Desenvolvimento Tecnológico (CDT). O segundo inclui as pequenas e médias empresas (PME's). E o terceiro pilar inclui os campi e laboratórios das universidades bem como sua fonte de mão-de-obra qualificada e inovação tecnológica (Schirrmester, França & Takata, 2015).

MÉTODO

O presente trabalho se caracteriza como qualitativo e quantitativo. É quantitativa pois busca quantificar os dados bem como utiliza de amostras grandes para aplicar análises estatísticas (Malhotra & Taylor, 2005). Também é qualitativa pelo fato da interferência dos pesquisadores na triagem e seleção da amostra. Possui ainda caráter descritivo. Trata-se de um artigo teórico e empírico, nesse sentido, primeiro, realizou-se uma pesquisa na literatura a respeito de teorias organizacionais e parques tecnológicos e, posteriormente, realizou-se uma pesquisa documental no repositório Google Acadêmico sobre três parques tecnológicos brasileiros, utilizando, assim, fonte secundária. Considerou-se para essa análise a produção dos últimos 20 anos (1998 a 2018), entretanto, não foram encontrados artigos com o objeto de interesse desta pesquisa antes de 2002, ao se analisar as primeiras 20 abas do repositório.

A triagem e seleção dos artigos ocorreu na plataforma de busca Google Acadêmico pelas palavras Porto Digital Recife, Parque Tecnológico de São José dos Campos e TecnoPuc Porto Alegre. Com esse filtro inicial apareceram muitos artigos desalinhados com a temática deste estudo, sendo assim, realizou-se um segundo filtro que é a leitura dos títulos e um, terceiro, filtro que é a leitura dos resumos. Nesse sentido, o modo de coleta de dados dos artigos é um fator limitante, devido a subjetividade dos autores nas escolhas de artigos que estão relacionados diretamente com os parques tecnológicos analisados neste trabalho.

Em seguida, utilizando-se de técnicas bibliográficas em 93 artigos empíricos, sendo 40 artigos publicados a respeito da TecnoPuc Porto Alegre, 38 sobre Porto Digital no Recife e, por fim, 15 artigos sobre o Parque Tecnológico de São José dos Campo. Escolheu-se esses parques por estarem entre os principais parques tecnológicos do Brasil. Essa pesquisa bibliográfica objetivou-se verificar as seguintes variáveis na amostra obtida: autores e instituições que mais contribuíram para a produção científica da área, principais revistas e congressos; palavras-chaves e teorias mais recorrentes. Por questão de análise, os artigos que não apresentavam palavras-chaves foram excluídos.

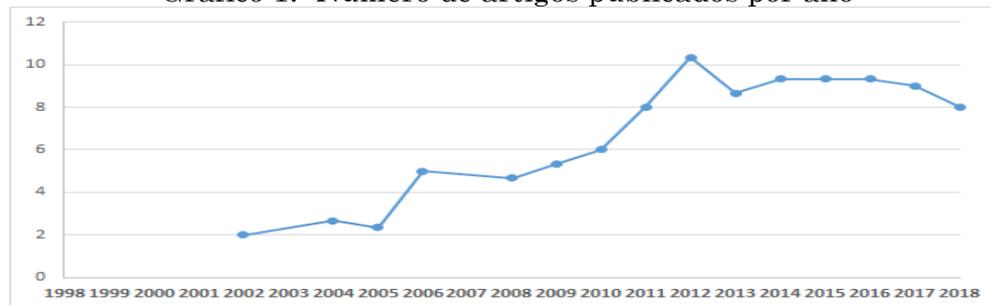
Na análise de dados, realizou-se a classificação e tabulação dos dados. Neste momento, foram apresentados cálculos estatísticos descritivos, entre eles análise de frequência absoluta e porcentagem, como suporte utilizou-se o software Excel. Para depois a partir dos dados estatísticos apontar respostas e relações (Marconi & Lakatos, 2010). Também se utilizou o software Maxqda para auxiliar na identificação da teoria de cada artigo, uma vez que realizou

a contagem das palavras-chaves relacionadas com a teoria e evidenciou o contexto que elas apareciam.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A presente seção apresenta uma análise quantitativa dos dados levantados pela pesquisa. Analisou-se a produção científica dos últimos 20 anos a respeito de três parques tecnológicos. A primeira publicação data-se de 2002. Os anos que tiveram maior número de publicações foi o de 2012 com 13 publicações e em seguida o ano de 2009 com 11 artigos, já em 2014, 2016 e 2017 foram publicados 10 trabalhos por ano. Juntos representam aproximadamente 58% das publicações ao longo dos 20 anos. Aproximadamente 90% das publicações são dos últimos 10 anos. Isso pode ser justificado, entre outros fatores, pela estruturação recente dos parques estudados. Para entender a dinâmica das publicações utilizou-se a média aritmética de 3 anos em 3 anos, uma vez que representa o tempo médio para se iniciar e finalizar uma publicação. O gráfico abaixo apresenta o número de publicações ao longo do tempo baseado na média de 3 anos em 3 anos:

Gráfico 1. Número de artigos publicados por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esta pesquisa levantou ainda quem são os autores que mais publicaram a respeito de Porto Digital Recife, Parque Tecnológico de São José dos Campos ou TecnoPuc Porto Alegre, dando subsídios para identificar quem mais contribuiu por meio de análise desses parques tecnológicos. Na tabela a seguir há a relação dos autores mais produtivos, com destaque para Peter Bent Hansen (7 artigos) e Aldo Leonardo Cunha Callado e Moisés Araújo Almeida com quatro artigos publicados cada um. Houve ainda, 5 autores que publicaram três artigos no período, 17 autores com duas publicações e 188 autores que publicaram apenas uma vez. Ou seja, aproximadamente 88% dos autores publicaram apenas uma vez, evidenciando uma predominância de trabalhos pontuais a respeito da temática. Conforme a tabela:

Tabela 1. Números de artigos publicados por autor.

Autor	Quantidade de artigos publicados
Peter Bent Hansen	7
Aldo Leonardo Cunha Callado	4
Moisés Araújo Almeida	4
Anderson Diego Farias da Silva	3
Antônio André Cunha Callado	3
Clarissa Stefani Teixeira	3
Fernando Gomes de Paiva Júnior	3
Grace Vieira Becker	3
17 autores	2
Demais autores (188)	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria dos autores acima estão associados a organizações, principalmente em instituições de ensino. Nesse sentido, compilou-se os vínculos dos autores para verificar as organizações que mais discutem o tema. Os vínculos institucionais dos autores que publicaram

mais de uma vez foram compilados uma única vez, a fim de evitar concentração das publicações em determinadas instituições devido ao fato dos autores terem feito diversos trabalhos.

A instituição que teve maior destaque foi a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo referenciada 40 vezes, em seguida, a Pontifícia Universidade Católica principalmente campus Rio Grande do Sul (PUC- RS) que foi referenciada 23 vezes e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 16 autores vinculados e a Universidade Federal de Santa Catarina com 15 vínculos. Portanto, a região Nordeste e Sul foram as que alçaram maior destaque. Isso pode ser explicado pelo fato dos 93 artigos 40 são a respeito da TecnoPuc que se localiza em Porto Alegre (RS) e 38 sobre Porto Digital no Recife (PE), nesse sentido, os autores podem ter optado por estudar esses parques devido à proximidade física. Conforme a tabela:

Tabela 2. Número de autores vinculados por instituição

Instituição	Quantidade de autores
UFPE	40
PUC	23
UFSC	16
UFRGS	15
USP	13
UNITAU	7
UFSM	7
UFPB	5
UFS, Mackenzie, UNOCHAPECÓ, FATEC, UNILASALLE e UNIVAP	3
UESC, UFRPE, UFABC, UFJF, UFRJ, UFRN, UFBA, UNINOVE, UNIPAMPA, Porto Digital, Universidade La Salle, UTFPR, FEEVALE e UNESP	2
Demais instituições (23)	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se também se artigos analisados foram publicados em congresso ou periódico, a fim de determinar em quais revistas ou periódicos mais se publicaram sobre os parques tecnológicos estudados neste artigo. Constatou-se que aproximadamente 65% dos trabalhos foram publicados em periódicos. A Revista de Administração e Inovação e o Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, que publicaram quatro trabalhos cada um, tiveram maior receptividade à artigos sobre parques tecnológicos. Seguem a tabela com as revistas e congressos que mais tiveram artigos publicados:

Tabela 3 - Número de publicações por congresso e revista

Publicação	Quantidades de artigos publicados
Revista de Administração e Inovação	4
Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	2
Cadernos EBAPE	2
Revista de Administração Contemporânea	2
REAd	2
Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos	2
Demais revistas (48)	1
Total	62
Seminário Nacional de Parques tecnológicos e Incubadoras de Empresas	4
Altec	3
Anprotec	2
CIKI	2
Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia	2
Demais congressos (18)	1
Total	31

Fonte: Elaborado pelos autores.

A fim de aprofundar nos assuntos tratados em cada artigo as palavras-chaves foram levantadas. Constatou-se que alguns autores utilizaram palavras parecidas que expressam a mesma ideia, entretanto a fim de evitar erros na classificação das palavras-chaves, não

realizou-se alterações e agrupamentos mesmo que pareçam sinônimas, exceto as palavras “parque científico e/ou tecnológico” que agrupou as palavras “parque científico”, “parque tecnológico” e “parque científico e tecnológico”. Verificou-se que as seguintes palavras com maior evocação: “Parques Científicos e/ou Tecnológicos” (34 evocações), “inovação” (20 evocações), “Porto Digital (10 vezes), “empreendedorismo” (6 vezes) e “inovação tecnológica”, habitat de inovação e competitividade apareceram 5 vezes cada uma. Constando, assim, que ao se estudar parques tecnológicos o conceito inovação muitas vezes se faz pertinente. Segue a figura formada com as palavras-chaves:

Figura 1 - Nuvem de palavras-chaves



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do quadro de Clegg et al. (2010) a respeito de modelos interpretativos de análise organizacional. Buscou-se verificar em qual perspectiva teórica é mais recorrente a análise dos parques tecnológicos. Nesse sentido, o conteúdo dos artigos foi analisado a fim de identificar a perspectiva teórica. A maioria dos trabalhos não expõe de modo explícito qual a teoria organizacional que se baseia. Assim, precisou-se analisar os indícios teóricos de cada artigo, e se mesmo assim os autores não transparecem qual a teoria utilizada, classificou-se com o modelo de maior proximidade.

Constatou-se que a maioria dos artigos possuem base teórica no modelo do Conhecimento, Mercado e Integração. Entretanto, os modelos interpretativos de análise organizacional voltados para a racionalidade, justiça e poder, foram os menos citados. Evidenciando assim a necessidade de futuros trabalhos que trazem como problemática a ordem, dominação e participação como elencado por Clegg et al. (2010). A seguir a tabela 4:

Tabela 4. Número de artigos por teoria

Modelo	Perspectivas	Quantidade
Conhecimento	Ernométodo, símbolo, cultura, pos-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista, Foucault Garfinkel, teoria do ator rede	31
Mercado	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional,	29
Integração	Relações Humanas, neo-RH, funcionalismo, teoria da contingência, teoria sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Bernard, Mayo,	14
Poder	Weberianos neo-radicais, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	11
Justiça	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria partipativa, teoria crítica, Habermas	4
Racionalidade	Teoria das organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol, Simon	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como o modelo do Conhecimento e Mercado tiveram maior destaque, optou-se por levantar o número de artigos publicados em cada perspectiva. No modelo do Conhecimento que foca na análise de mecanismos técnicos e culturais como regulação do comportamento social (Clegg et al., 2010) a perspectiva que teve maior destaque foi a teoria de redes. Essa teoria estuda as interações organizacionais em uma dada população formando uma rede (Whetten, 1981). Trabalhos seminiais de teoria de redes foram realizados por diferentes autores, como: Granovetter (1983) com a análise sobre a força dos laços fracos, Burt (2001) com estudo dos buracos estruturais, Walker (2013) que relacionou a análise de redes com a teoria da identidade.

Outra perspectiva que se destaca dentro desse modelo é a respeito do símbolo e cultura, um dos possíveis motivos da sua predominância é que os artigos não tratam de uma teoria em específico, mas exploram sobre a cultura da inovação, economia baseada no conhecimento, entre outros temas relacionados.

Já no modelo de Mercado as perspectivas com maior destaque foram: dependência de recursos, teoria da firma e custo de transação. Esse modelo, conforme Clegg et al. (2010), possui teorias baseadas no mercado e entende a organização como uma resposta que necessita de agentes econômicos e supervisiona os contratos em meio a transações complexas. As perspectivas teóricas com maior destaque foram: dependência de recursos, teoria da firma e custos de transação.

Na teoria da dependência de recursos há o pressuposto que nenhuma organização é capaz de gerar todos os recursos que precisa. A teoria analisa o processo de seleção considerando a interação entre as organizações, enfatizando as respostas das empresas frente às contingências ambientais. Já a teoria do custo de transação analisa as transações e o intercâmbio de bens e serviços. E a teoria da firma concentra no custo de utilizar os mercados para efetivação dos contratos e as trocas (Hall, 2004) A tabela a seguir evidencia a quantidade de artigos por perspectiva teórica:

Tabela 5. Número de artigos por perspectivas das principais teorias

Modelo	Perspectiva	Quantidade
Conhecimento	Ernométodo, Foucault	2
	Teoria do ator rede	11
	Pós-fordista	1
	Pós-industrialista	5
	Pos-estruturalista	3
	Símbolo, Cultura	9
Total		31
Mercado	Teoria da firma	5
	Economia institucional	4
	Custos de transação	5
	Teoria da atuação	1
	Dependência de recursos	7
	Ecologia populacional	4
	Teoria Organizacional liberal	3
Total		29

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONCLUSÕES

O objetivo principal deste artigo foi de propor uma agenda de pesquisa para parques tecnológicos brasileiros. Com essa pesquisa pode-se analisar artigos empíricos de três parques tecnológicos brasileiros, a fim de discutir a respeito dos modelos interpretativos de análise organizacional e parques tecnológicos, bem como apresentar três parques tecnológicos brasileiros como objetos de estudo: Porto Digital, São José dos Campos e TecnoPuc e, por fim, realizar uma pesquisa bibliométrica em relação a teorias e conceitos que dão suporte aos parques tecnológicos. Viu-se também quais autores, instituições, revistas e congressos que possuem mais destaque na produção científica.

Constatou-se que no estudo de parques tecnológicos há forte presença do conceito inovação, sendo isso verificado por meio da análise de palavras-chaves. Na revisão teórica verificou-se que os modelos mais utilizados são o do Conhecimento e Mercado nas perspectivas da teoria de redes, símbolo/cultura, teoria da dependência de recursos, teoria do custo de transação e teoria da firma. Como agenda de pesquisa propõe-se a utilização de modelos interpretativos de análise organizacional voltados para a racionalidade, justiça e poder, uma vez que nessas temáticas há um menor número de publicações.

Este trabalho, além de contribuir com o levantamento das teorias que mais são utilizadas em parques tecnológicos, também apresenta o quadro de Clegg et al. (2010) que elenca diversas teorias organizacionais que podem dar suporte teórica para a análise das organizações. Como limitações deste estudo é que na maioria dos artigos não determina qual teoria organizacional foi utilizada, nesse sentido, foi necessário analisar os vestígios teóricos dentro dos trabalhos. Como pesquisa futura sugere-se a revisão teórica de organizações que fazem parte dos parques tecnológicos, para verificar se há uma tendência teórica alinhada com a tendência teórica do parque como um todo.

Referências

Burt, R. S. (2001). Structural holes versus networks closure as social capital. Structural. Pre-print a chapter in Social Capital: Theory and Research.

Clegg, S. R.; et al. (2010). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. v. 1 São Paulo: 1. ed. São Paulo: Atlas.

Correia, A. M. M, Gomes, M. L. B. (2012). Habitat's de inovação na economia do conhecimento: identificando ações de sucesso. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 9, n. 2, p.32-54.

Courson, J. (1977). Espaço Urbano e Parques Tecnológicos Europeus. Parques tecnológicos e meio urbano: artigos e debates. Brasília: Anprotec, GTU Internacional. p. 77-84.

Ferreira, G. C., Soria, A. F., Closs L. (2012). Gestão da interação Universidade-Empresa: o caso PUCRS. Revista Sociedade e Estado – v. 27 n. 1.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Giugliani, E. (2011). Modelo de Governança para Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil. 2011. Tese de doutorado (Tese de doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) UFSC. Santa Catarina.

Granovetter, M. (1983). The Strength of Weak Ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*. v. 1, p. 201-233.

Hall, R. H. (2004). Organizações: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Hora, A. L. F., Amaral, M. G. (2018). Produção Científica concernente a Parques Científicos, Tecnológicos e de Inovação: Uma análise bibliométrica. CASI. Rio de Janeiro.

Malhotra, N.; Taylor, R. B. (2005). Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2009). Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Noce, A. F. S. (2002). O processo de implantação e operacionalização de um parque tecnológico: um estudo de caso. Dissertação de mestrado (dissertação de mestrado em Engenharia de Produção). UFSC. Santa Catarina.

Schirrmeister, R., França A. C. L. E Takata, E. (2015). Governança em parques e incubadoras tecnológicas no brasil – estudos de casos múltiplos. RGC. São Paulo. v. 2, n. 2, art.3, pp. 73-106.

Steiner, J. E., Cassim, M. B., Robazzi, A. C. (2013). Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Walker M. H.; Lynn, F. B. (2013). The embedded self: a social networks approach to identity theory. *Social Psychology Quarterly*. p. 151-179.

Whentten, D. A. (1981). Interorganization relation: a review of the field. *Journal of higher education*. v. 52, n. 1, p. 1-28

Artigo – Seção Administração Brasileira

A sustentabilidade empresarial no mercado brasileiro: estudo de caso da empresa O Boticário

Fernanda Costa Demier Rodrigues
IFF - Instituto Federal Fluminense

RESUMO

Vivemos em uma sociedade em que está se tornando inadmissível, no mundo dos negócios, o desrespeito ao meio ambiente e a falta de políticas de desenvolvimento sustentável em prol da interação negócio x meio ambiente. No período de 20 anos, entre a ECO92 e a Rio+20, inúmeras propostas nacionais e internacionais foram colocadas em prática para que houvesse uma adaptação das práticas industriais a uma postura de responsabilidade social. Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável consiste em uma forma de interação entre o desenvolvimento econômico e o social que satisfaça as necessidades de determinada sociedade de determinada época, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Este estudo propõe um aprofundamento sobre o tema em questão por meio da identificação de ações institucionais, que visam ao respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável tomadas pela empresa O Boticário. Como metodologia de trabalho, foi realizada inicialmente uma pesquisa de cunho bibliográfico com o intuito de promover um embasamento teórico e histórico maior sobre o tema de modo que este servisse para uma melhor concretização da segunda parte da pesquisa em que foi realizado um estudo de caso acerca das ações sustentáveis no sistema produtivo da empresa O Boticário. Constatou-se, ao final do estudo, que a sustentabilidade empresarial vem crescendo desde a Rio 92 tanto no Brasil quanto no mundo e a empresa O Boticário tem uma posição de destaque no contexto nacional em relação à prática de ações sustentáveis no processo produtivo.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Sustentabilidade empresarial. O Boticário.

ABSTRACT

We live in a society where the disrespect for the environment and the lack of sustainable development policies in favor of business x environment interaction are becoming inadmissible in the business world. In the 20-year period, between ECO92 and Rio + 20, numerous national and international proposals were put in place to adapt industrial practices to a socially responsible posture. In this perspective, sustainable development is a form of interaction between economic and social development that reaches the demands of a certain society at a specific time without compromising the ability of future generations to supply their needs. This graduation work proposes a further study on the theme, from the identification of social and environmental practices adopted by the company O Boticário. As the methodology of work, bibliographic research was carried out in order to promote a theoretical and historical background on the subject so that it could promote a better accomplishment of the second part of the research in which it was performed in a case study concerning sustainable actions in the productive system of the company O Boticário. At the end of the study, it could be noticed that corporate sustainability has been growing since Rio 92 both in Brazil and in the world and the company O Boticário has a prominent position in the national context in relation to the practice of sustainable actions in the production process.

Keywords: Sustainability. Corporate sustainability. O Boticário.

INTRODUÇÃO

É fato que vivemos em uma sociedade em que está se tornando inadmissível, no mundo dos negócios, o desrespeito ao meio ambiente e a falta de políticas de desenvolvimento sustentáveis em prol da interação negócio x meio ambiente. A temática, que já vem sendo debatida no país há décadas, ganhou enfoque especial com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro na década de 90 e intitulada Rio 92 ou ECO 92¹.

Neste evento, líderes mundiais se reuniram com a intenção de propor medidas que propiciassem um desenvolvimento sustentável por meio de um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. A temática foi retomada e reavaliada com novas propostas em encontros posteriores até a Rio + 20, ocorrida em 2012, nos mesmos moldes da primeira reunião, e cujo objetivo era renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Neste período de vinte anos, propostas em prol de um desenvolvimento sustentável nas empresas brasileiras foram sendo fortalecidas no país por meio de empreendedorismo empresarial e políticas públicas governamentais. Com isso, surgiram empresas visando a um bom relacionamento com a sociedade e com pretensão de se tornarem referência em suas áreas ao adotarem estratégias empresariais com um compromisso socioambiental.

Nesse contexto, de 1992 a 2002, a sustentabilidade empresarial e a responsabilidade social se evidenciaram em empresas de diferentes áreas que tentaram conciliar a defesa da natureza com o desenvolvimento econômico, em um novo modelo de economia que atendesse às necessidades e exigências de uma sociedade cada vez mais consciente da importância do cuidado com o meio que cerca os indivíduos.

Destaque especial se salienta em relação às empresas que têm, em sua linha de produção, produtos de beleza que, por trabalharem com grande consumo de água e energia no processo produtivo, além de desencadearem um considerável acúmulo de embalagens plásticas, são constantemente cobradas por ações sustentáveis. Neste conjunto específico, é possível ensejar o seguinte questionamento: É possível observar de forma eficaz a prática de ações sustentáveis em indústrias brasileiras de cosméticos?

Essa problemática constituiu a mola propulsora desta pesquisa uma vez que o aprofundamento acerca do tema pode contribuir para a identificação de práticas empresariais de cunho socioambientais que efetivamente obtiveram sucesso. Para este propósito, foi realizado um estudo de caso a respeito das práticas sustentáveis da empresa brasileira O Boticário, famosa rede de franquias de cosméticos e perfumes sediada no Paraná e em atividade no país desde 1977.

Tendo em vista as questões apresentadas, este estudo propõe um aprofundamento sobre o tema em questão por meio da identificação de práticas empresariais de cunho socioambientais eficazes da empresa O Boticário.

Para o alcance desse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar e analisar propostas de sustentabilidade empresarial surgidas a partir da ECO 92; ii) identificar e analisar propostas de sustentabilidade empresarial a partir da Rio+92 iii) exemplificar estratégias eficazes de sustentabilidade da empresa de cosméticos brasileira O Boticário.

A metodologia foi focada inicialmente em uma pesquisa bibliográfica – tipo de pesquisa que abrange leitura, análise e interpretação de livros, periódicos etc. documentos mimeografados ou fotocopiados, mapas, imagens, manuscritos etc. com o objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema. Com isso, foi possível congregiar dados e informações a serem utilizados ao longo da proposta de investigação sobre

1 Foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Também conhecida como Cúpula da Terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.

o tema. Para isso, foram selecionados estudos como os de Abramovay (2010), Brown (2009), dentre outros.

Na etapa seguinte, a investigação passa a apresentar o método de pesquisa estudo de caso, realizado por meio da coleta de dados secundários disponibilizados em ambiente virtual. Nesta parte, foram analisadas propostas de ações sustentáveis da empresa brasileira de cosméticos O Boticário a partir de informações coletadas no site oficial da companhia e de artigos científicos já publicados sobre tais práticas. As informações coletadas foram analisadas qualitativamente e refletiram fenômenos individuais sobre o tema da pesquisa colaborando para responder os questionamentos levantados na investigação.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No capítulo primeiro, a introdução, é apresentado o problema a ser discutido na pesquisa, os objetivos do estudo e a metodologia de trabalho a ser aplicada.

O segundo capítulo apresenta uma revisão de literatura acerca da temática central, enfocando conceitos básicos a respeito de sustentabilidade sob a perspectiva de diferentes autores.

O terceiro capítulo expõe uma evolução histórica da ideia de sustentabilidade desde a Conferência da Rio 92 até a Rio + 20.

O quarto capítulo engloba a apresentação e a análise de ações sustentáveis da empresa O Boticário.

Finalmente, no quinto capítulo, nas considerações finais, são expostos os resultados da pesquisa empreendida.

REVISÃO DA LITERATURA

A sustentabilidade já vem há algum tempo sendo um diferencial entre empresas no seu processo produtivo. Esta perspectiva de trabalho é vista com bons olhos pelo consumidor e pela sociedade de um modo geral e nasceu na década de 1950 com a noção de ecodesenvolvimento e aprimorou-se ao longo do tempo até o conceito de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial propagados hoje.

A urbanização e o ecodesenvolvimento

Até por volta da década de 50, o Brasil concentrava sua economia na exportação de produtos agrícolas, sendo, por isso, um país predominantemente rural. Este perfil agrário-exportador se manteve de maneira quase imutável até 1930, quando se iniciou a construção de um modelo econômico urbano-industrial no país por meio do processo de industrialização e do conseqüente deslocamento da população do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho (HOFF, 2008).

Com a industrialização promovida, na década de 50, pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, esse processo de urbanização se intensificou em todo o Brasil, acontecendo, em maior escala, nas regiões Sul e Sudeste e, em menor escala, nas outras regiões do país. Com isso, na década de 70, a maior parte da população brasileira já se encontrava em regiões urbanas onde a disponibilidade de emprego, saúde, educação e serviços era bem maior (HOFF, 2008).

Ressalta-se que o advento da urbanização ocorreu de forma rápida e desordenada no país, o que desencadeou conseqüências graves, tais como favelização, violência urbana, poluição e enchentes. Neste contexto, surgem questões que envolvem o acesso da população aos bens e recursos naturais concomitante ao desenvolvimento socioespacial das cidades e à proteção ambiental (HORBACH, 2005).

Deste contexto, visando superar perspectivas nas quais a natureza era evidenciada como mero meio de produção e de geração de riquezas e focar em paradigmas econômicos que envolvam a questão da proteção ambiental, surgiu, na década de 70, o conceito de ecodesenvolvimento como sendo um

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por

objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 132).

Sachs (1986) assinala o conceito como um projeto de sociedade ao definir que o ecodesenvolvimento trata “de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS, 1986, p. 14). Nota-se uma perspectiva de atendimento às necessidades fundamentais da população de uma forma que os recursos naturais não se extingam e possam atender também às próximas gerações.

Em linhas gerais, então, o ecodesenvolvimento propunha, por meio da utilização de novas tecnologias, uma adequada articulação dos recursos naturais aos padrões socioculturais dos diferentes grupos humanos visando o futuro da sociedade. A proposta ia de encontro às práticas da sociedade industrial e, por conta de um contexto mundial de expansão do capitalismo à época, a ideia não se concretizou (SACHS, 1986).

Após este período de questionamentos iniciais acerca da interação entre meio ambiente e sociedade, o assunto volta a ser debatido em eventos mundiais com a nomenclatura de sustentabilidade como será visto no capítulo seguinte.

Desenvolvimento Sustentável/ Sustentabilidade

Posteriormente, o termo ecodesenvolvimento foi substituído por desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, de forma ampla e popularizada, nas décadas de 80 e 90. Cabe, neste contexto, informar que

Sua origem advém do relatório da Comissão de Brundtland, de 1987. Este documento, produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e intitulado *Nosso Futuro Comum*, concebia o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (WCED, 1997).

Considerando que a problema da pobreza é algo inevitável na sociedade, o relatório ressaltava a necessidade do atendimento às necessidades básicas da população, visando oferecer-lhes a possibilidade de melhores condições de vida numa perspectiva de equidade em prol do desenvolvimento urbano igualitário a todos os indivíduos. Neste contexto, a pobreza era vista como um problema ambiental e os caminhos para a sua solução constituem também a busca da sustentabilidade.

Dovers e Handmer (1992), por sua vez, discorrem, de maneira mais detalhada acerca dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável ao assinalarem que este trata da capacidade de o homem em sociedade resistir e adaptar-se a mudanças exógenas (desencadeadas por fatores externos ao indivíduo) e endógenas (desencadeadas por fatores internos do indivíduo) em prol de alcançar o seu objetivo final, que é a sustentabilidade do meio em que vive.

Ampliando o conceito, para Sachs (1993), existem cinco dimensões de desenvolvimento sustentável, a saber: i) Sustentabilidade social – desenvolvimento baseado na construção de uma sociedade com equidade, distribuição de renda justa e diminuição de desigualdades sociais por meio da melhoria dos padrões de vida e dos direitos sociais; ii) Sustentabilidade econômica - destinação e gestão mais eficientes dos investimentos públicos e privados, assim como do acesso à ciência e à tecnologia; iii) Sustentabilidade ecológica – redução do uso de combustíveis fósseis e aumento da utilização de tecnologia para a produção de novos recursos naturais; iv) Sustentabilidade Espacial – mudança na configuração dos espaços em prol da maximização de sua utilização e da proteção dos ecossistemas; v) Sustentabilidade cultural - mudanças na comunidade cultural, traduzindo o conceito normativo de desenvolvimento sustentável em uma pluralidade de soluções particulares.

Para Carvalho e Viana (1998), há três grandes dimensões no desenvolvimento sustentável, que são: o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico. Esta visão evidencia a necessidade de que a tomada de decisões no mundo econômico, no mundo

social e no mundo ambiental deva ser de igual importância. Trata-se do chamado triple bottom line (TBL), ou tripé de sustentabilidade. Nesta perspectiva, então, o progresso é compreendido como, além da ampliação da riqueza, maior benefício social e ecológico na mesma proporção.

Ainda em relação ao TBL, ressalta-se que, apesar de este conceito ter sido criado inicialmente com associação à gestão de negócios, caminha para uma mudança de paradigma por meio da qual passa a se vincular a uma mentalidade baseada na unidade planetária, sendo, por isso, também utilizado na esfera pública (Elkington, 2020). Mais especificamente no Brasil, TBL se relaciona ao princípio constitucional da responsabilidade do Poder Público para a desenvolvimento sustentável e inclusivo. (Freitas, 2016).

Horbach (2005) discute a sustentabilidade como uma confluência de três diferentes interesses ou conflitos, a saber: (i) a sustentabilidade econômica, caracterizando o interesse da geração atual em melhorar a suas reais condições de vida (ii) a sustentabilidade social, sendo esta a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres, (iii) e sustentabilidade ambiental, evidenciando os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual.

Mueller (2007) associa o desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico da mesma forma que Ayres (2008). Para aquele, o capital físico oriundo das relações demográficas caminha em conjunto com o desenvolvimento tecnológico das organizações; para este, os seres humanos são responsáveis para com o outro e as futuras gerações e devem agir em prol do crescimento econômico baseado na justiça social e na eficiência no que diz respeito ao uso de recursos naturais. Importante ressaltar a necessidade de se estabelecerem políticas públicas de fortalecimento de comunidades pequenas por meio da interação dos sistemas econômicos, sociais e ambientais com vistas ao cumprimento de objetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável (FREITAS, 2016; SACHS, 2017).

Nota-se que a temática acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade é complexa, evidenciando um processo dinâmico em que a convivência harmoniosa entre sociedade e meio ambiente se configura como seu objetivo primordial. E para que seja alcançado, constantes inovações devem ser empregadas nas esferas econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais etc. como forma de uma melhor integração entre todos os parceiros deste processo.

A sustentabilidade empresarial: responsabilidade social e responsabilidade ambiental

É fato que o desenvolvimento econômico de um país desencadeia, na maior parte das vezes, um custo ambiental, o qual, apesar de ocorrer de forma distinta de acordo com o ramo de atividade em que a empresa estiver inserida, está intrinsecamente associado ao estágio tecnológico do setor em questão, ao tipo de matéria-prima que serve de base à produção e a energia utilizada neste processo.

Neste contexto, vem crescendo por conta da exigência do próprio mercado, de estratégias empresariais que sinalizem preocupação ambiental. Trata-se da chamada responsabilidade social corporativa, perspectiva segundo a qual a empresa não deve visar apenas ao lucro, mas também à contribuição social para o meio em que se insere por meio e medidas que tragam cultura e melhorias para a sociedade (RAMOS, 1989).

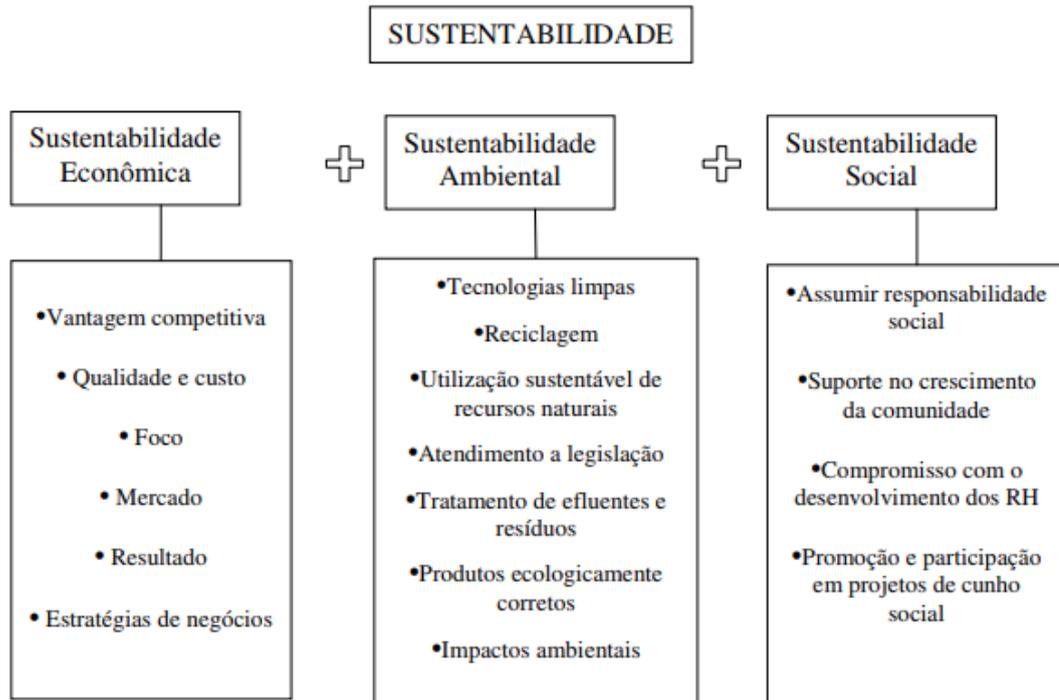
Robbins (2000) assinala que uma empresa socialmente responsável age para além do cumprimento das leis, do pagamento de impostos e dos cuidados de segurança junto a seus colaboradores. Para o autor, uma empresa que seja efetivamente responsável na perspectiva social adota políticas que desencadeiam comportamentos e ações que agregam valor à empresa uma vez que colaboram para o desenvolvimento contínuo dos indivíduos, das comunidades em que se localizam e do seu relacionamento com o meio ambiente.

Dowbor (1998) associa a responsabilidade social das empresas a dois fatores centrais: ética e transparência. O primeiro prevê que as decisões tomadas pela empresa devem respeitar os direitos, os valores e os interesses de todos os indivíduos que porventura venham a ser afetados por elas. Já o segundo, assinala que a empresa deve atender às expectativas sociais, existindo coerência entre o seu discurso e a sua prática e, de forma alguma, ocultar informações importantes sobre seus produtos e serviços.

Amaro e Caser (2004) estendem a ideia de sustentabilidade às empresas assinalando que, como ela se relaciona à noção de existência, de continuidade de vida a longo prazo, pode, por isso, se referir tanto a qualquer ser vivo quanto a qualquer organização. E ainda enfatiza que o desenvolvimento sustentável no âmbito organizacional deve ser entendido por meio de uma visão multidimensional, formada por três dimensões que se articulam entre si. São elas: a econômica (crescimento), a social (coesão) e a ambiental (proteção ou preservação).

A proposta de Amaro e Caser (2004) é corroborada por inúmeros autores. Dentre eles, é possível destacar a figura proposta por Coral (2002) e apresentado em seguida:

Figura 1. Modelo de sustentabilidade empresarial para cada uma das dimensões



Fonte: Coral (2002)

Nota-se, neste modelo, as premissas que subjazem as políticas de desenvolvimento sustentável no mundo empresarial. No campo da sustentabilidade econômica, evidenciam-se objetivos que refletem o bem-estar de qualquer empresa que visa ao seu crescimento. No campo da sustentabilidade ambiental, aparecem questões que envolvem não só o cumprimento das normas legais voltadas à proteção do meio ambiente como também a preocupação da ocorrência de situações imprevistas que causem impactos ambientais. No campo da sustentabilidade social, há a busca por melhorias sociais efetivas. É a composição conjunta destes três pilares que se constrói a sustentabilidade no mundo empresarial.

Em estudos mais recentes, o conceito de sustentabilidade é aprofundado e esmiuçado de forma mais detalhada com a sua vinculação a uma proposta de gestão empresarial cujo enfoque é fazer com que os resultados da produção se adequem aos recursos ambientais do meio que o processo ocorre visando a um desenvolvimento sustentável (LEWIS & LEWIS, 2015).

Evolução histórica: de Estocolmo ao Rio de Janeiro

No período de 5 a 15 de julho de 1972, visando à conscientização da sociedade acerca de uma melhor relação do homem com o meio ambiente e ao atendimento das necessidades da população à época e das gerações futuras por consequência, ocorreu, em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo (HOFF, 2008).

Organizado pela ONU, este evento constituiu o primeiro grande encontro de chefes de

estado do mundo, com a presença de cerca de 400 instituições governamentais e não governamentais e participação de 113 países. Em uma época em que se acreditava que o meio ambiente era uma fonte de recursos inesgotáveis que servia à satisfação dos desejos de conformo e consumo do homem, a Conferência mudou este pensamento tão comumente compartilhado ao evidenciar a necessidade de melhorar as relações do homem com o meio ambiente por meio da busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental (HOFF, 2008).

A recepção das propostas da Conferência de Estocolmo foi variada. Enquanto os Estados Unidos se dispuseram a reduzir por um tempo com as atividades industriais e realizaram estudos sobre as condições da natureza, denominados "desenvolvimento zero", os países subdesenvolvidos, incluindo neste contexto o Brasil, não concordaram em diminuir suas atividades industriais, por conta de sua base econômica ser focada na industrialização. Daí, o chamado "desenvolvimento a qualquer custo" defendido por este grupo de países (SACHS, 1993).

O debate acerca da relação do homem com o meio ambiente foi retomado pela ONU, em 1983, uma comissão com o objetivo de avaliar as mudanças que efetivamente se concretizaram pelo mundo 10 anos da Conferência de Estocolmo. Os resultados obtidos por esta proposta foram compilados e divulgados em 1987 em um documento intitulado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, o qual concebia o desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (WCED, 1997).

Com perspectiva bastante inovadora para aquela época, o documento evidenciou, mais uma vez, a necessidade de uma nova relação entre o homem e o meio ambiente de forma que o crescimento econômico se conciliasse com questões ambientais e sociais. Segundo o Relatório (WCED, 1997), uma série de medidas deviam ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas:

- limitação do crescimento populacional;
- garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Em âmbito internacional, as metas propostas pelo relatório da WCED (1987) seriam:

- adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento);
- proteção dos ecossistemas supranacionais como a Antártica, oceanos etc. pela comunidade internacional;
- banimento das guerras;
- implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1985, por conta da preocupação das possíveis consequências advindas da redução da camada de ozônio na Terra, chefes de estado de diferentes países, reunidos na Áustria, em um evento chamado Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio estabeleceram uma série de ações visando à proteção da camada de ozônio. Deste encontro, surgiu o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, tratado internacional que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1989 e no qual são elencadas obrigações específicas acerca da progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação. Por meio do Decreto nº 99.280, de 06 de junho de 1990,

o Brasil aderiu ao Protocolo, ratificando e promulgando todas as emendas do texto-base (REI & CARVALHO, 2012).

A ECO 92

Em 1992, com a organização das Nações Unidas, aconteceu, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92 ou Rio 92. Vinte anos após a primeira conferência sobre o meio ambiente, a ECO 92 reuniu representantes de 178 países com a intenção de propagar a ideia do desenvolvimento sustentável como um modelo de crescimento econômico menos consumista e adequado ao equilíbrio ecológico (ONU, 2021).

A convenção no Rio de Janeiro produziu relevantes documentos em prol da mudança de postura com o meio ambiente. Um deles foi a chamada Carta da Terra, uma declaração que apresenta princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica no século XXI. Outros dois foram: a Declaração de Princípios sobre Florestas – uma declaração que apresenta os princípios a serem seguidos para a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável de florestas de todos os tipos; e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – uma declaração em que se busca soluções para quatro tipos de problemas ambientais: a redução da produção de produtos contaminantes ou tóxicos; maior utilização de energias não contaminantes e renováveis; o apoio por parte dos governos ao transporte público, para reduzir o tráfego de veículos e assim a contaminação por CO₂ e o ruído; a escassez de água potável em diferentes partes do planeta, e soluções de como poupar esse recurso.

Além dessas de declarações, foram produzidas também três convenções, a saber: i) a Convenção sobre Diversidade Biológica – um tratado internacional que aborda regras para a proteção e do uso da diversidade biológica no mundo a partir de três objetivos: a conservação da diversidade biológica, o seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território; ii) a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – um tratado de combate ao fenômeno da desertificação; iii) a Convenção-Quadro das nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) – um tratado internacional cujo objetivo é a estabilização da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático (ONU, 2021).

No entanto, o principal documento desenvolvido na ECO 92 foi a chamada Agenda 21. Esta enfatizou a necessidade de todos os governos, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e setores da sociedade cooperarem em prol de soluções para problemas ambientais. Nesta perspectiva, foi estabelecida uma nova interpretação acerca do que se configura como progresso, levando em conta uma maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo também a qualidade, e não apenas a quantidade do crescimento. Entre as principais metas destes documentos, podem-se destacar: a universalização do saneamento básico e do ensino; a maior participação das ONGs, dos sindicatos e dos trabalhadores na vida da sociedade, o planejamento e o uso sustentado dos recursos do solo, das formações vegetais e dos rios, lagos e oceanos; e a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2003).

Em relação ao Brasil, as resoluções mais relevantes da Agenda 21 tomadas pelo país foram as seguintes: programas de inclusão social visando ao cesso de todos os brasileiros à educação, saúde e distribuição de renda, projetos de sustentabilidade ambiental tanto na área urbana quanto na rural, propostas de preservação dos recursos naturais e minerais e a exigibilidade de ética política para o planejamento de um país com desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2003).

Pós ECO 92

A Após a ECO 92, uma série de eventos foram promovidos pela ONU como desdobramentos da cúpula do meio ambiente ocorrida no Rio de Janeiro.

Em 1997, aconteceu a Cúpula da Terra +5, cujo fito era revisar e avaliar as ações de implementação da Agenda 21, além de fazer recomendações acerca da adoção de metas

juridicamente vinculativas para reduzir o feito estufa. Padrões sustentáveis de distribuição de energia e a ênfase na erradicação da pobreza como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável foram outros temas discutidos no evento (ONU, 2021).

Em 1999, aconteceram a Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos em Instambul e a Sessão especial da Assembleia da ONU sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em Nova York. Em ambos os, foram discutidos os princípios do desenvolvimento sustentável (ONU, 2021).

Em 2002, visando avaliar conquistas, desafios e novas questões surgidas após a Cúpula da Terra, aconteceu em Joanesburgo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Neste evento, foram discutidas formas para que as metas da Agenda 21 se tornassem ações mais concretas e tangíveis (ONU, 2021).

Em 2005, foi realiza, nas Ilhas Maurício, o evento nomeado Estratégia Maurício, no qual a comunidade internacional discutiu questões do tipo: “mudanças climáticas e elevação do nível do mar; desastres naturais e ambientais; gestão de resíduos; recursos costeiros, marítimos, de água doce, terrestres, energéticos, turísticos e de biodiversidade; transporte e comunicação; ciência e tecnologia; globalização e liberação do comércio; produção e consumo sustentável; desenvolvimento de capacidade e educação para o desenvolvimento sustentável; saúde; cultura; gestão do conhecimento e da informação para tomada de decisão” (ONU, 2021).

Em uma ação para concretizar o desenvolvimento sustentável como uma prática contínua, a ONU declarou o período entre 2005 e 2014 como a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Esta decisão foi tomada com o intuito de “ajudar as populações a desenvolverem atitudes, habilidades e conhecimento para tomarem decisões informadas para o benefício próprio e dos outros, agora e no futuro, e para agirem sobre essas decisões” (ONU, 2021).

Em prol da promoção do desenvolvimento sustentável, um conjunto de órgãos ativos da ONU age em projetos contínuos, ora em conjunto, ora de modo individual. São eles: o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Marítima Internacional (OMI), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

Em 2014, aconteceu a primeira edição da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (a mais relevante plataforma da ONU para a discussão de questões ambientais – UNEA, em inglês). Este evento foi um marco para a temática de que o meio ambiente deve ser considerado um problema de todos da mesma forma que temas paz, segurança, finanças, saúde e comércio (ONU, 2021).

Em 2015, foi realizada, em Nova York, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, onde o conjunto de países participantes definiu os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes constituem parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável baseada no tripé “prosperidade, pessoas e planeta e chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2021).

É válido ressaltar que, neste conjunto de eventos internacionais, segundo Cordani et al. (2019), o grande avanço de desenvolvimento sustentável ocorrido no Brasil após a ECO 92 foi a incorporação pelo poder público de novos conceitos de desenvolvimento. Neste contexto, destacaram-se o ISO 14000, série de normas que determinam diretrizes para garantir que empresas pratiquem a gestão ambiental; a implantação do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos); a criação de projetos estaduais como o PROCLIMA (Programa Estadual de Mudanças Climáticas) em São Paulo que promove cursos, seminários, palestras e publicações sobre meio ambiente; e o surgimento da ANAMMA (Associação Nacional de Órgão Municipais em Meio Ambiente) que consolida a adoção de políticas públicas no âmbito dos municípios.

Rio + 20: um novo começo

Vinte anos depois da ECO 92, o Rio de Janeiro sediou novamente um evento mundial sobre o meio ambiente, em 2012, chamado Conferência das nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável ou Rio+20. O objetivo principal deste encontro foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável avaliando os avanços obtidos deste 1992 e tratando de novos e emergentes temas. Assim, a Conferência teve dois temas centrais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, como já evidenciado anteriormente, sendo a capacidade de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, visa evitar o gasto e o desperdício desenfreado dos recursos naturais tão imprescindíveis para a vida do ser humano. A economia verde se encaixa neste contexto por constituir o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes que contribuam cada vez mais para o desenvolvimento sustentável, tanto nos aspectos sociais quanto ambientais (ABRAMOVAY, 2010).

A ONU assinala que a Economia Verde pode ser conceituada como um tipo de economia que propicia uma melhoria do bem-estar das pessoas em decorrência de uma maior preocupação com a equidade social, com os riscos de danos ao meio ambiente e com a escassez dos recursos naturais.

Segundo a Constituição do Brasil:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2005).

Conforme se observam nas passagens anteriores, verifica-se que a questão da responsabilidade ambiental, cuja temática foi trazida à tona na ECO 92 e enfatizada de maneira mais pontual na Rio +20, vai muito além do papel de empresas com estratégias socioambientais. A questão abarca um posicionamento dos cidadãos e dos governos diante de uma temática tão importante. O Governo de São Paulo, por exemplo, já vinha assinalando, desde o ano de 2010, esta postura em seus documentos oficiais que analisaram a interação entre desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado:

I- Privilegiar os setores mais “verdes” mediante subsídios e incentivos fiscais de modo que os investimentos privados sejam dirigidos a eles; II- Estabelecer regras que proíbam o exercício de determinadas práticas ou atividades nocivas ao meio ambiente; III- Aprovar regulamentação para determinadas ferramentas de mercado que ajudem na conservação do meio natural, entre os quais os impostos e direito de emissão (SÃO PAULO, 2010, p. 8).

Para Brown (2009, p. 4), “a solução para a construção de uma economia global apta a sustentar o progresso econômico é a criação de um mercado honesto, que diga a verdade ecológica”. Assim, é preciso “reestruturar o sistema tributário, reduzindo os impostos sobre o trabalho e aumentando-os sobre as emissões de carbono e em outras atividades ambientalmente destrutivas. É urgente incorporar esses custos indiretos no preço de mercado”. Este posicionamento, já assinalado por Brown anos antes da Rio+20, se refletiu na Conferência de 2012 na perspectiva de que se considerou que o estado de desenvolvimento de um povo não poderia mais ser avaliado apenas pelo seu PIB (produto interno bruto), mas também seria necessário que houvesse avaliação em pilares econômicos, sociais e ambientais presentes na sociedade.

Dois pontos bastante positivos da Rio+20, que podem ser considerados grandes avanços. Um deles foi o crescimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) por meio da ONU que se comprometeu a agir como autoridade responsável pela agenda ambiental global. Neste contexto, o Conselho Gestor do PNUMA tornou-se mais responsivo, transparente e democrático uma vez que estendeu a possibilidade de participação a todos os países. Outro avanço foi o surgimento do Fórum Político de Alto Nível, cujas metas eram a promoção do debate contínuo a respeito da agenda ambiental internacional, o acompanhamento da implementação dos compromissos internacionais assumidos pelos países e o compartilhamento das melhores práticas e experiências em matéria de proteção ambiental.

O documento final da Rio+20 assinalou compromissos acerca da erradicação da pobreza, da segurança alimentar e nutricional, do saneamento básico, das cidades sustentáveis, da

redução de riscos de desastres, da mudança do clima, da biodiversidade e da educação, entre dentre vários outros temas. Além disso, outro resultado a ser salientado diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tema sensível no encontro por conta de posturas díspares entre os países acerca deles, mas que, ao final, teve um efeito positivo porque a ONU se comprometeu a aplicar tais objetivos para a análise do desenvolvimento dos países a partir de 2015 (BRASIL, 2012).

Anos após a Rio +20, em um contexto que mira uma veiculação de imagem de empresa que cuida do meio ambiente, ou seja, de uma “empresa verde” ou sustentável, a cada dia mais, as corporações fazem uso do Marketing Verde. Este sustenta a agregação de valor a produtos e serviços que evidenciem responsabilidade social e ambiental das empresas e as diferenciem das demais, promovendo, assim, sua melhor aceitação no mercado (BRASIL, 2012).

Diante de um contexto histórico mais favorável e demandante de ações sustentáveis, serão analisadas, no capítulo seguinte, propostas de sustentabilidade empresarial praticadas pela empresa brasileira O Boticário.

ESTUDO DE CASO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Fundado em 1977, no Paraná, inicialmente como uma farmácia de manipulação, O Boticário, cujos principais produtos são fragrâncias, cremes e artigos de maquiagem, tornou-se, segundo classificação do Ibevar² (Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo) em 2012, a oitava maior empresa varejista do país.

O enfoque da empresa em prol da minimização do impacto ao meio ambiente e da promoção do bem-estar das pessoas teve início em 2012 quando foi criada a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Esta estipulou estratégias de sustentabilidade empresarial para serem concretizadas na empresa até 2024 relacionadas ao consumo de água, de energia, à emissão de gases de efeito estufa e à gestão de resíduos. Além disso, emprega uma prática de logística reversa que é reconhecida como a mais ampla do país.

Os dados a serem apresentados nas subseções seguintes foram recolhidos no site da empresa O Boticário no período de janeiro a julho de 2019 e referem-se ao relatório anual de ecoeficiência empresarial realizado no ano de 2018.

Água

Em relação ao uso de água, insumo essencial presente em vários processos da cadeia de produção de O Boticário, há uma gestão cuidadosa no programa de metas da empresa objetivando duas linhas de ação principais: a redução do consumo médio por tonelada produzida para 6 metros cúbicos e aumento do reuso para 50% do total captado. Estas duas propostas se apresentam de forma mais clara na tabela 1:

Tabela 1- Total de água retirada por fonte

Unidade	Volume captado (m ³) em 2018	Volume consumido por tonelada (m ³ /ton) em 2018	Volume captado (m ³) em 2017	Volume consumido por tonelada (m ³ /ton) em 2017
Planta São José dos Pinhais	107.214	6,6	92.297	6,2
Planta Camaçari	84.499	5,4	82.343	7,5
CD Registro (Poço)	5.741	7,0	4.713	6,3
CD São	10.151	19,9	10.100	29,3

² O Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo é uma instituição sem fins lucrativos. Foi fundada em dezembro de 2009 por um grupo de profissionais ligados ao setor varejista com o objetivo de estabelecer grupos de discussão, relacionamento e conhecimento a respeito deste mercado.

Unidade	Volume captado (m ³) em 2018	Volume consumido por tonelada (m ³ /ton) em 2018	Volume captado (m ³) em 2017	Volume consumido por tonelada (m ³ /ton) em 2017
Gonçalo dos Campos				
TOTAL CONSUMO	207.605	—	189.453	

Fonte: relatoriogrupoboticario.com.br/cherry-services/ecoeficiencia/

Fazendo uma comparação entre os anos 2017 e 2018, é possível notar que houve um aumento considerável da água captada na natureza, principalmente na unidade de São José dos Pinhais. Isto se deve ao crescimento da produção de um ano para o outro. Por outro lado, houve redução do volume de água consumido por tonelada, principalmente nas unidades de Camaçari e São Gonçalo dos Campos, o que evidencia uma maior eficiência no processo produtivo. Outro detalhe relevante no que concerne a gestão de água sustentável na empresa é que cerca de 40% da água consumida nos centros de distribuição foi proveniente de água da chuva.

Energia

O Boticário, como qualquer outra corporação industrial, tem um grande consumo de energia obtida a partir da queima de combustíveis fósseis, o que desencadeia a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Em prol da diminuição deste problema, a empresa estabeleceu compromissos a serem cumpridos até o ano de 2024: reduzir o seu consumo e tornar a sua matriz energética totalmente baseada em fontes renováveis; reduzir a dependência de terceiros, por meio da autogeração de energia.

Tabela 2-Taxa de intensidade energética

UNIDADE	2018 (MWh por milhão de unidades produzidas)	2017 (MWh por milhão de unidades produzidas)
São José dos Pinhais	107,8	101,9
Registro	18,6	13,5
São Gonçalo dos Campos	19,22	27,0
Camaçari	114,22	119,0

Fonte: <http://relatoriogrupoboticario.com.br/cherry-services/ecoeficiencia/>

Os dados colhidos e mostrados na Tabela 2, assinalam que houve, entre 2017 e 2018, diminuição do consumo de energia elétrica de 21,7% no conjunto das unidades por meio de ações do tipo: otimização no sistema de climatização, substituição de lâmpadas convencionais por iluminação em LED. E em relação à intensidade energética, nota-se, pela tabela em seguida que as unidades de São Gonçalo dos Campos e Camaçari obtiveram um considerável aprimoramento no período em questão.

É válido ressaltar que, na produção de cosméticos em O Boticário, as fases que mais consomem energia elétrica são os processos de resfriamento e aquecimento, etapas estas imprescindíveis no manuseio de algumas matérias-primas nesta área. Para adotar uma ação mais sustentável, a empresa adotou a fabricação e o envase a frio para 30 produtos, resultando em uma diminuição em 71% no tempo de fabricação e na redução de 70% no consumo de energia elétrica, 15% no curso de transformação e 10% no curso de insumos.

Emissões

A A emissão de gases de efeito estufa na atmosfera é um problema mundial e, em boa parte dos casos, é causado pela queima de combustíveis fósseis na produção industrial. A redução dessas emissões por todos os países é imprescindível para a manutenção da

biodiversidade e das condições de vida dos homens. Neste contexto, empresas que adotam ações sustentáveis para amenizar este dilema se destacam no mercado e O Boticário é uma delas.

A empresa busca adotar ações que minimizem e a emissão de gases desde a fabricação dos produtos até seu destino final. Anualmente elabora seu inventário de emissões e publica os principais resultados como mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Intensidade das emissões de GEE por unidade operacional.

UNIDADE	2017 (tCO ₂ e/10 ⁶ un.produzidas)	2018 (tCO ₂ e/10 ⁶ un.produzidas)	%
São José dos Pinhais	10,2	13,3	+ 30%
Registro	13,9	11,5	- 17%
São Gonçalo dos Campos	0,1	0,1	0%
Camaçari	1,4	0,1	- 93%

Fonte: <http://relatoriogrupoboticario.com.br/cherry-services/ecoeficiencia/>

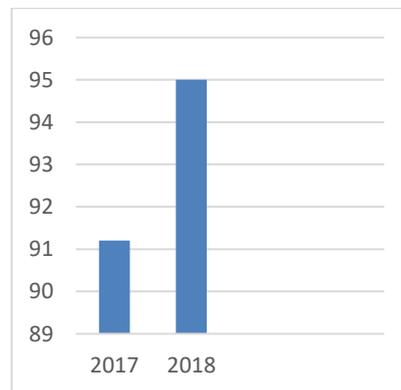
Nota-se, na Tabela 3, que as unidades de São José dos Pinhais e São Gonçalo dos Campos, por estarem em fase de expansão, não diminuíram a emissão de gases no período entre 2017 e 2018. As unidades de Camaçari e Registro. Por outro lado, obtiveram significativa redução de 93% e 17%, respectivamente, nesta área.

Ainda na perspectiva de ações sustentáveis para a redução da emissão de gases na atmosfera, O Boticário passou a adotar, em algumas linhas de produtos, embalagens de plástico vegetal, fabricado a partir de cana de açúcar, em vez da versão tradicional originário do petróleo. Esta substituição está evitando que sejam lançados na atmosfera 4,95 quilos de CO₂ para cada quilo de plástico utilizado no processo de fabricação.

Gestão de resíduos

Empresas sustentáveis necessitam aplicar ações que visem o mínimo possível de envio de materiais a aterros sanitários. A reciclagem, neste caso, é a palavra-chave. O Boticário, neste contexto, emprega esforços para atingir um patamar de excelência nesta prática como se verifica no Gráfico 1, em que é assinado o aumento, entre os anos 2017 e 2018, da prática de reciclagem de resíduos.

Gráfico 1 - Porcentagem de Resíduos Reciclados



Fonte: <http://relatoriogrupoboticario.com.br/cherry-services/ecoeficiencia/>

Um projeto interessante desenvolvido na empresa em relação à gestão de resíduos é o Chutando o Balde, que objetiva acabar com a utilização de baldes plásticos no processo de envase de batons, uma vez que a sua reutilização não era possível após esta etapa e eles eram destinados, em sua totalidade, à reciclagem. Por conta disso, foi realizada substituição destes baldes por caixas plásticas, forradas com filme plástico, sendo este descartado, mas aquelas não. Neste projeto, segundo dados fornecidos no site da empresa, 1.5000 baldes deixaram de

ser utilizados por mês, impedindo a geração de oito toneladas de resíduo por ano.

Outro projeto implementado pela empresa O Boticário para a diminuição de resíduos foi o Caixa Única. Este prevê o reaproveitamento de caixas enviadas por fornecedores de matérias-primas para a linha de produção, o que evitou, segundo dados fornecidos no site da empresa, a geração de 120 toneladas de resíduos de papelão.

Há também uma proposta inovadora relacionada ao uso de um tipo de embalagem que consome menos plásticos que as embalagens tradicionais: o refil. Este recipiente é oferecido em linhas de uso contínuo, tais como maquiagens, desodorantes, loções hidratantes e sabonetes líquidos. E, apenas uma das linhas em que esta prática é dotada, por exemplo, conforme dados fornecidos pelo site da empresa, esta economia chegou a 69%.

Além das ações listadas anteriormente acerca da gestão de resíduos, não se pode deixar de comentar, neste contexto, a aposta da empresa no uso do papel reciclado e em novo formato de caixas. Em relação a primeiro, segundo dados fornecidos no site da empresa, cartuchos de maquiagem lançados em 2018 foram desenvolvidos com este material; e em relação ao segundo, um novo desenho de embalagens de certas linhas de produto associado a uma nova forma de transporte possibilitou a redução de cerca de 50 toneladas de papel por ano. Ressalta-se que esta proposta ganhou o prêmio ABRE³ de embalagens na categoria Sustentabilidade no ano de 2017.

Logística reversa

A área de logística reversa é um diferencial no grupo O Boticário, que emprega ações sustentáveis não só no processo de fabricação de seus produtos, mas também na destinação das embalagens pós-consumo. Mantendo hoje o maior programa de logística reversa em pontos de coleta no país, desde o ano de 2006, por meio do projeto Bioconsciência, a empresa vem aprimorando tais práticas até que, em 2010, 100% dos pontos de venda já atuavam na proposta. Pelos resultados obtidos na reciclagem de embalagens, O Boticário foi laureado com o Prêmio ABIHPEC⁴ Beleza Brasil.

Ressalta-se esses resultados evidenciam um programa extremamente eficaz de sustentabilidade. Neste, há 33 cooperativas parceiras que recebem os materiais dando-lhes um descarte adequado; e há transportadoras parceiras, que buscam os produtos dos pontos de coleta e levam-nos para as cooperativas.

Os programas que forma implementados, e avaliados em 2018, visando uma ação de logística reversa sustentável são os seguintes:

- #botirecicla – como em todas as lojas da rede, há coletores para embalagens para descarte, em 2018, foram feitas quatro campanhas com ação promocional, em que a troca de embalagens vazias rendeu cupons de descontos para compras de novos produtos. Como resultado, parte das embalagens recolhidas se transformou em matéria-prima para itens funcionais e de decoração de loja.

- #Sustenta+Beauty – proposta permanente em que o consumidor ganha um novo produto a cada cinco embalagens de itens da marca devolvidas. O resultado computado em 2018 (cerca de 1500 trocas) mostrou um crescimento de 20% no programa e mais de 7 mil embalagens recolhidas.

- #Chega e Recicla – como em todas as lojas da rede, há coletores para embalagens para descarte, em 2018, foi realizada uma campanha em 10 espaços da representante no Estado de São Paulo. Esta durou 3 meses e teve o seguinte incentivo: a cada 5 embalagens de Eudora devolvidas, a representante ganhava um brinde. Como resultado, foram realizadas mais de 1200 trocas e 6500 embalagens recolhidas.

- #retornaberê- proposta permanente de incentivo de troca em que o consumidor ganha um batom novo a cada 5 embalagens devolvidas. O resultado computado em 2018, computou mais de 6.200 trocas com mais de 30.000 embalagens recolhidas, mostrando o crescimento de

3 O prêmio ABRE da Embalagem Brasileira é um prêmio institucional do setor, realizado anualmente para premiar as embalagens que mais se destacaram durante o ano.

4 O Prêmio ABIHPEC é oferecido anualmente pela Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos para as empresas que se destacaram na área.

cerca de 120% no programa.

Considerações Finais

A necessidade de ações que integrem economia, desenvolvimento e meio ambiente vem sendo discutida, analisada e concretizada em propostas reais desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em 1992 (*ECO 92*). De lá para cá, muitas ações foram sugeridas por políticas públicas e regulamentadas por leis em prol de se desenfrear o desenvolvimento a qualquer custo e efetivar o desenvolvimento sustentável.

No evento do Rio, em 1992, evidenciou-se o estabelecimento de uma nova relação entre o indivíduo e seu meio propiciando a harmonização das questões de âmbito social com as de âmbito ambiental. Houve, então, a proposição de medidas com vistas ao desenvolvimento sustentável no âmbito do crescimento populacional, da garantia de acesso a recursos básicos como água, alimentos e energia a longo prazo, da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, dentre outros temas imprescindíveis para a sociedade. Este foi o grande passo inicial do movimento sustentável no mundo.

Ainda na perspectiva dessa conferência, o documento mais relevante foi a chamada *Agenda 21* que propôs uma nova interpretação acerca da ideia de progresso, o qual passou a levar em consideração uma maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo qualidade e quantidade de crescimento. Neste movimento mundial em prol da sustentabilidade, o Brasil adotou importantes resoluções em prol da inclusão social ao propor o efetivo acesso da população à educação, saúde e distribuição de renda, além de projetos de sustentabilidade ambiental tanto na área urbana quanto na rural.

Vinte anos passados, outro grande evento foi realizado no Rio Janeiro, a *Rio +20*, no qual, após a análise do que foi efetivamente concretizado a partir da primeira conferência, estabeleceram-se novos caminhos da sustentabilidade via novos e emergentes temas. Nesse contexto, a ONU assinalou que a economia verde se constituía uma prática indispensável à sustentabilidade empresarial, uma vez que estabelecia um conjunto de ações nos processos produtivos da sociedade que propiciariam uma melhoria do bem-estar das pessoas em decorrência de uma maior preocupação com a equidade social.

Sobre este assunto, importantes autores se posicionaram e estabeleceram elementos norteadores à sustentabilidade empresarial, tais como Sachs (1993) que estabeleceu as cinco dimensões obrigatórias do desenvolvimento sustentável (social, econômica, ecológica, espacial e cultural) e Dowbor (1998) que vinculou a responsabilidade social das empresas a postura éticas e transparentes.

Com isso, nesse ínterim entre os dois grandes eventos, surgiram inúmeras empresas com propostas de ações sustentáveis em seus processos produtivos. Uma delas foi a indústria brasileira O Boticário que, desde 2012, quando criou a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, direcionou o enfoque da empresa para a minimização do impacto ao meio ambiente e da promoção do bem-estar das pessoas.

Nesta prática, estratégias de sustentabilidade relacionadas ao consumo de água e de energia, à emissão de gases de efeito estufa, à gestão de resíduos e ao descarte de embalagens foram adotadas e trouxeram excelentes resultados. Seu premiado programa de logística reversa é o mais amplo do país. Servindo de modelo para outras empresas, O Boticário foi considerada a empresa mais sustentável do Brasil no ramo de bens de consumo no ano de 2018.

Nota-se, em última análise, que a sociedade está em um processo sem volta de exigência de adaptação da economia a uma melhor relação com o meio ambiente. O Boticário é um exemplo disso. Não cabe mais, no contexto em que vivemos hoje, o descaso com a natureza. O processo é lento e o caminho é longo, porém é viável.

Referências

Abramovay, Ricardo. (2010). *Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?* São Paulo: Novos Estudos CEBRAP.

Amaro, Antonio; Caser, Denise V. A. (2004). *Evolução da produtividade na citricultura paulista.*

Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 10, p. 7-12.

- Ayres, R.U. (2008). Sustainability economics: where do we stand? *Ecological Economics*, v.67, n.2, p.281-310.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2003). *Construindo a Agenda 21 Local*. 2ª ed. Brasília.
- _____. Senado Federal. (2005). *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Constituição Federal. Coletânea de Legislação Administrativa. MEDAUAR, Odete (Org.) 5 ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- _____. Senado Federal. (2012). *Problemas e consensos na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20*. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/problemas-e-consensos-na-conferencia-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio20.aspx> Acesso em: 03 ago. 2020.
- Brown, Lester. (2009). *Plano B: 4.0 Mobilização para salvar a civilização*. São Paulo: New Content Editora e Produtora.
- Carvalho, O.; Viana, O. (1998). Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 29, n. 2.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Coral, Elisa. (2002). *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.
- Cordani, Umberto G. et.al. (2019). *Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0141997000100019&script=sci_arttex>t Acesso em: 2 jun. 2019.
- Dovers, S.R.; Handmer, J.W. (1992). Uncertainty, sustainability and change. *Global Environmental Change*, v.2, n.4, p.262-276.
- Dowbor, L. A reprodução social. (1998). *Proposta para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.
- Elkington, J. (2020). *Green swans: the coming boom in regenerative capitalism*. New York, NY: Fast Company Press.
- Freitas, J. (2016). O tributo e o desenvolvimento sustentável. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, 21(3), p. 825-845.
- Hoff, Nayar Débora. (2008). *A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica*. 2008. 425p. Tese (Doutorado em Agronegócios), UFRGS, Porto Alegre.
- Horbach, J. (2005). *Indicator systems for sustainable innovation*. Physica-Verlag, 213p.
- Lewis, E.; Lewis, E. (2015). Triple Bottom Line. *Organizações e Sustentabilidade*, v. 3, p. 272- 285.
- Montibeller Filho, Gilberto. (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, vol.4, n.1, Florianópolis, p.131-142.
- Mueller, C. (2007). *Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: UNB/FINATC.
- Organização das Nações Unidas (2021). *A ONU e o meio ambiente*. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences>. Acesso em: 03 jul. 2021.
- Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Rei, F.C.F., Carvalho, S.M. (2012). 25 anos do protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de Ozônio: a experiência do Brasil. *Revista Juris da Faculdade de Direito*. São Paulo: FAAP, ano IV, volume 8, p.22-27.
- Robbins, S. P. (2000). *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva.
- Sachs, Ignacy. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1993). *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo.
- Sachs, J. D. (2017). *A era do desenvolvimento sustentável*. Lisboa, Portugal: Conjuntura Actual.

São Paulo. (2010). Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental. *Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo*. Coordenação Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho – São Paulo: SMA/CPLA.

World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.